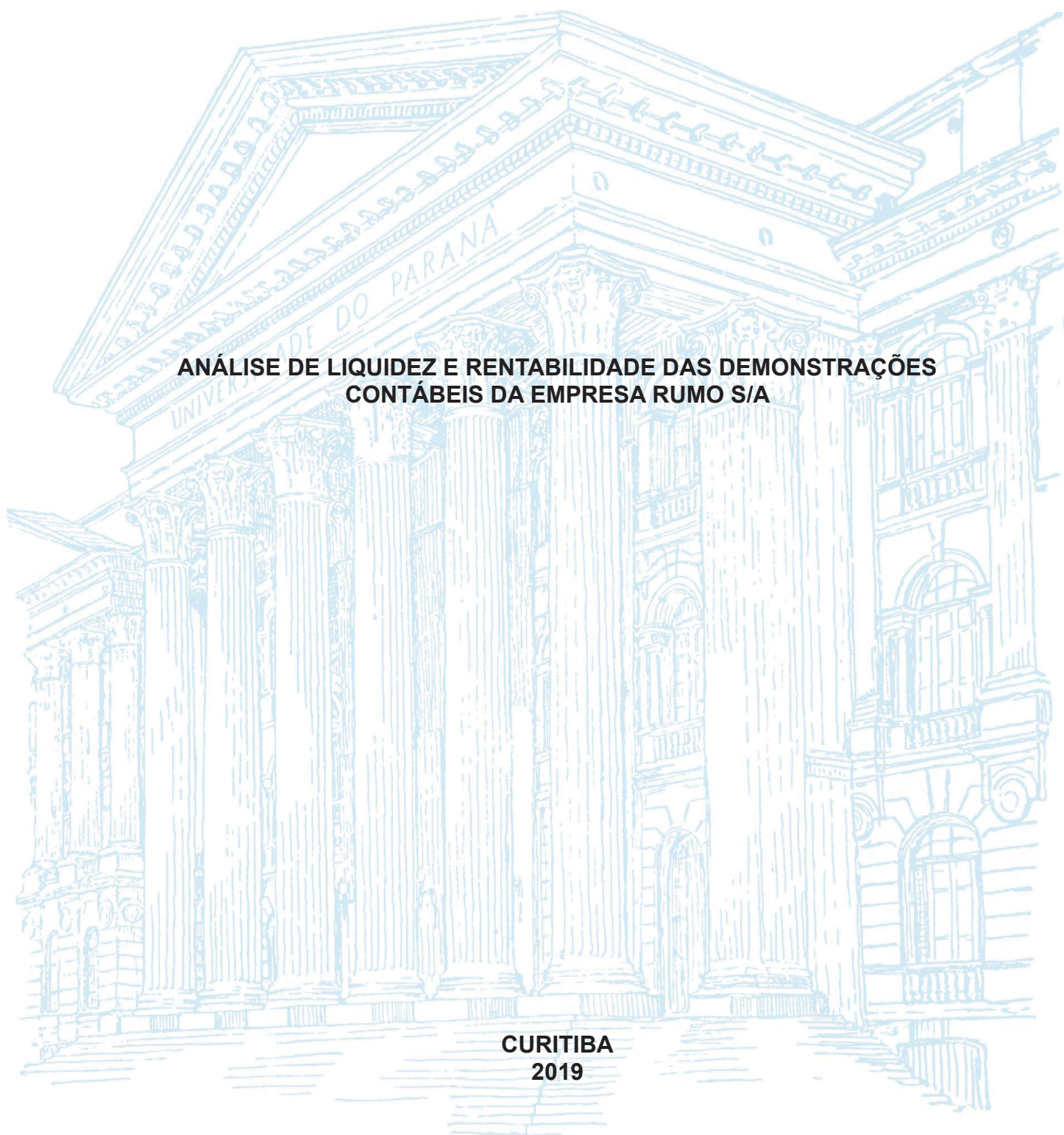


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO PAULO APARECIDO DA SILVA

**ANÁLISE DE LIQUIDEZ E RENTABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DA EMPRESA RUMO S/A**

**CURITIBA
2019**



JOÃO PAULO APARECIDO DA SILVA

**ANÁLISE DE LIQUIDEZ E RENTABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DA EMPRESA RUMO S/A**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Controladoria, do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Controladoria.

Orientador: Prof. Dr. Celso da Rosa Filho

**CURITIBA
2019**

TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO PAULO APARECIDO DA SILVA

ANÁLISE DE LIQUIDEZ E RENTABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA RUMO S/A

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Controladoria, Setor de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Controladoria.

Prof(a). Dr(a)./Msc. Celso da Rosa Filho

Orientador(a) – Departamento Ciências Contábeis, UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Curitiba, 19 de dezembro de 2019.

Dedico à minha família e empresas que nos deram suporte em todos os momentos e ao professor Celso Rosa que dedicou seu precioso tempo para me orientar.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso explicitará sobre as demonstrações contábeis da empresa Rumo S/A, bem como a análise dos coeficientes dos índices de liquidez e rentabilidade, a empresa se localiza na cidade de Curitiba tendo extensão também nos Estados de São Paulo, criada no ano de 1997. Atualmente a maior operadora logística com operação de transporte intermodal, tem serviços nacionais e internacionais, a empresa ferroviária é responsável por 80% do produto interno bruto PIB, as concessões ferroviárias se estendem por doze mil quilômetros de linhas ferroviárias, deste modo surgiu-me a curiosidade de pesquisar sobre a empresa, sua extensão bem como os modos de produtividade da mesma, com as demonstrações contábeis. Tem-se como problema de pesquisa, qual é a importância da análise dos coeficientes de liquidez e rentabilidade das demonstrações contábeis da empresa mencionada, a fim de se chegar a resultados diretos com as análises? Como objetivo geral, analisar as demonstrações contábeis dos últimos 3 exercícios financeiros da empresa Rumo Malha Norte S/A, e objetivos específicos identificar a importância da análise da demonstração contábil da empresa Rumo S/A. Realizar análise financeira e econômica da empresa. Fazer demonstrações contábeis da empresa dos últimos três anos. Evidenciar a importância da controladoria para as demonstrações contábeis, a pesquisa é qualitativa tendo apenas análise de dados com referencial teórico.

Palavra-chave: Demonstrações Contábeis. Rumo S/A. Índice de Liquidez.

ABSTRACT

The present course conclusion paper will explain about the financial statements of the company Rumo S/A, as well as the analysis of the coefficients of the liquidity and profitability indexes, the company is located in the city of Curitiba having extension also in the states of São Paulo, established in the year 1997. Currently the largest logistics operator with intermodal transport operation, has national and international services, the railway company and responsible for 80% of gross domestic product GDP, the railway concessions extends over twelve thousand kilometers of railway lines, This gave me the curiosity to research the company, its extension as well as the ways of productivity with the financial statements. As a research problem, what is the importance of the analysis of the liquidity coefficients and profitability of the financial statements of the mentioned company, in order to reach direct results with the analyzes? As a general objective, Analyze the financial statements of the last 3 financial years of the company Rumo S/A, and specific objectives Identify the importance of the analysis of the financial statement of the company towards Mato Grosso S / A. Perform financial and economic analysis of the company. Make financial statements of the company of the last three years. Highlighting the importance of controllership for the financial statements, the research is qualitative having only data analysis with theoretical framework.

Keyword: Financial Statements. Rumo S/A. Liquidity Index.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MALHA NORTE E SUL RUMO LOGÍSTICA	16
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - FATOR DE INSOLVÊNCIA DE KANITZ	49
GRÁFICO 2 - CÁLCULO EBITDA	51
GRÁFICO 3 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	52
GRÁFICO 4 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	53
GRÁFICO 5 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA.....	54
GRÁFICO 6 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA	54
GRÁFICO 7 - RENTABILIDADE DO ATIVO	55
GRÁFICO 8 - RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	56
GRÁFICO 9 - PARTE DE CAPITAL DE TERCEIROS	57
GRÁFICO 10 - COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	57

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	39
QUADRO 2 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.	40

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DA COMPANHIA	19
TABELA 2 - ESTRUTURA DE CAPITAL.....	22
TABELA 3 - ESTRUTURA BÁSICA DO BALANÇO PATRIMONIAL.....	36
TABELA 4 - ANÁLISE VERTICAL DA EMPRESA RUMO S/A.....	41
TABELA 5- ANÁLISE HORIZONTAL DA EMPRESA RUMO S/A	42
TABELA 6 - FATOR DE INSOLVÊNCIA DE KANITZ.....	48
TABELA 7- CÁLCULO DO EBITDA	50
TABELA 8- ÍNDICE DE LIQUIDEZ.....	52
TABELA 9- RENTABILIDADE DO ATIVO	55
TABELA 10- ESTRUTURA CAPITAL.....	58

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	OBJETIVO GERAL.....	14
2.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3.	CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS	14
3.1	FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.	15
3.2	MRS LOGISTICA S.A.....	15
3.3	RUMO S.A.....	15
4.	INVESTIMENTOS	16
4.1	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS INVESTIMENTOS EM ANDAMENTO E DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS.....	17
4.2	FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS	18
5.	CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS	18
5.1.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA	18
5.2.	CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS	18
5.3.	ESTRUTURA DE CAPITAL.....	21
6.	CIÊNCIA CONTÁBIL	23
7.	HISTÓRICO DA CONTABILIDADE	24
8.	CONTROLADORIA.....	26
8.1.	PROFISSIONAIS DE CONTROLADORIA	27
9.	TEMA	30
10.	JUSTIFICATIVA.....	30
11.	OBJETIVO DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES.....	31
12.	USUÁRIOS DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES.....	32
12.1.	FORNECEDORES	33
12.2.	CLIENTES	33
12.3.	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	33
12.4.	ACIONISTAS.....	33
12.5.	CONCORRENTES	34
12.6.	GOVERNO	34
12.7.	ADMINISTRADORES.....	34

13.	ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	35
14.	BALANÇO PATRIMONIAL.....	35
15.	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	38
16.	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	39
17.	ANÁLISE VERTICAL.....	40
17.1	ANÁLISE HORIZONTAL	42
18.	ÍNDICES DE LIQUIDEZ	43
18.1	LIQUIDEZ CORRENTE.....	43
18.2	LIQUIDEZ SECA.....	44
18.3	LIQUIDEZ GERAL.....	44
18.4	LIQUIDEZ IMEDIATA.....	45
19.	ÍNDICES DE RENTABILIDADE.....	45
19.1	RENTABILIDADE DO ATIVO	45
19.2	RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
20.	ESTRUTURA DE CAPITAL.....	46
20.1	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	47
20.2	COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO	47
21.	INSOLVÊNCIA DE KANITZ.....	48
22.	EBTIDA	49
23.	INDICADORES DE LIQUIDEZ.....	51
23.1	LIQUIDEZ GERAL.....	52
23.2	LIQUIDEZ CORRENTE.....	53
23.3	ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA.....	53
23.4	ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA.....	54
24.	RENTABILIDADE DO ATIVO.....	55
24.1	RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56
25.	PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS	56
25.1.	COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO	57
26.	CONCLUSÃO	59
	REFERÊNCIAS.....	61
	ANEXOS	65

1. INTRODUÇÃO

Desde da antiguidade, os homens já tinham a necessidade de explorar a contabilidade. Eles trabalhavam cuidando de seus rebanhos e os controlavam por meio da matemática. Dessa forma, não era necessário o domínio da leitura e escrita para entender a necessidade de controlar o que possuía e o quanto teria no futuro, ou seja, se investisse naquele determinado negócio, saberia o quanto ia crescer.

Entretanto, com o passar dos tempos e evolução da sociedade, houve a necessidade de transformações. Os negócios e interesses foram crescendo, dando surgimento, assim, à contabilidade formal, aquela que necessita de conhecimento aprofundado, bem como uso de estratégias. Atualmente observamos, progressiva e intensivamente, a rivalidade entre empresas, ou seja, tanto os micros, como as pequenas organizações, estão em constante desenvolvimento. Para Ribeiro (2003, p.19) “a contabilidade é uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do patrimônio das empresas”.

Assim sendo, este trabalho tem como tema a Análise de liquidez e rentabilidade das demonstrações contábeis da empresa Rumo S/A. Esta empresa localiza-se na cidade de Curitiba, criada no ano de 1997, ano em que obtêm direito de explorar exclusivamente a malha sul nos três estados do sul do Brasil. Em 1998 estende-se para o estado de São Paulo sendo, atualmente, a maior operadora logística com operação de transporte intermodal, contendo serviços nacionais e internacionais.

A principal área de atuação estende-se pelos estados do Mato Grosso, São Paulo e os estados da região sul do Brasil. Salienta que a empresa ferroviária é responsável por 80% do produto interno bruto PIB e as concessões ferroviárias estende-se por doze mil quilômetros de linhas ferroviárias. Em 2017 a Rumo S/A esteve listada como o mais alto nível de governança corporativo, segundo os dados da BM& Bovespa.

Outrossim, almeja-se pesquisar mais afundo a liquidez e a rentabilidade da empresa, uma vez que a palavra liquidez é um conceito que corresponde a facilidade e velocidade com os quais o ativo pode ser convertido em caixa, ou seja, transformar um bem ou investimento em dinheiro.

Desta forma, tem-se como problema de pesquisa, qual é a importância da análise dos coeficientes de liquidez e rentabilidade das demonstrações contábeis da empresa mencionada, a fim de se chegar a resultados diretos com as análises?

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver a demonstração contábil da empresa Rumo S/A, aplicando as normas brasileiras de contabilidade e os princípios fundamentais, tendo de início uma fundamentação teórica da ciência contábil, do histórico da empresa e de suas características. Em sequência, ao desenvolvimento da contabilidade, estabelecem-se as análises das demonstrações contábeis.

2. OBJETIVO GERAL

Objetivo do estudo, de modo geral, analisar as demonstrações contábeis dos últimos 3 exercícios financeiros das empresas Rumo S.A., MRS Logística S.A. e Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o perfil da empresa;
- Coletar demonstração contábil da empresa;
- Calcular os indicadores;
- Analisar as demonstrações contábeis da empresa dos últimos três anos;
- Evidenciar a importância da controladoria para as demonstrações contábeis.

3. CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS

O estudo é constituído por três empresas do ramo de atividade transporte ferroviário, todas classificadas como Sociedades Anônimas de capital aberto, com suas demonstrações financeiras listadas na bolsa de valores.

Todas elaboram suas demonstrações financeiras baseadas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e atualizações (BRASIL, 2013) e também estão em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A seguir a

descrição das empresas conforme dados das demonstrações financeiras publicadas BM&FBovespa.

3.1 FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.

Mais conhecida como FCA, é uma concessionária de ferrovias que opera parte da malha privatizada da RFFSA, composta das seguintes superintendências regionais: SR-2 com sede em Belo Horizonte; SR-8 com sede em Campos dos Goytacazes; e SR7, com sede em Salvador. Através de negociação com a Ferroban, assumiu parte da Malha Paulista da antiga Fepasa. Foi criada no dia 1 de setembro de 1996 e atualmente pertence a VLI Multimodal S.A.

3.2 MRS LOGISTICA S.A.

A MRS é uma operadora logística que administra uma malha ferroviária de 1.643 km nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, região que concentra cerca da metade do PIB brasileiro. Hoje, a companhia está entre as maiores ferrovias de carga do mundo, com produção quase quatro vezes superior àquela registrada nos anos 1990. Quase 20% de tudo o que o Brasil exporta e um terço de toda a carga transportada por trens no país passam pelos trilhos da MRS.

Nossa produção é diversificada, entre as principais cargas que transportamos estão: contêineres, siderúrgicos, cimento, bauxita, agrícolas, coque, carvão e minério de ferro.

A companhia foi criada em 1996, quando o governo transferiu à iniciativa privada a gestão do sistema ferroviário nacional. Nossa malha conecta regiões produtoras de commodities minerais e agrícolas e alguns dos principais parques industriais do país aos maiores portos da região Sudeste, o que confere à nossa operação uma importância econômica diferenciada.

3.3 RUMO S.A.

Esta empresa localiza-se na cidade de Curitiba, criada no ano de 1997, ano em que obtêm direito de explorar exclusivamente a malha sul nos três estados do sul

do Brasil, em 1998 se estende para o estado de São Paulo, é atualmente a maior operadora logística com operação de transporte intermodal, tem serviços nacionais e internacionais.

A principal área de atuação se estende pelos estados do Mato Grosso e São Paulo e os estados da região sul do Brasil, as concessões ferroviárias se estende por doze mil quilômetros de linhas ferroviárias. Em 2017 a Rumo S/A esteve listada como o mais alto nível de governança corporativo, segundo os dados da BM & Bovespa.

Devido à sua presença estratégica, a Companhia tem dominância nos principais corredores de exportação de grãos do Brasil: conectando as cidades de Rondonópolis (MT), Londrina (PR), Maringá (PR) e Cruz Alta (RS) aos Portos de Santos (SP), Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS), conforme mapa abaixo:

FIGURA 1 - MALHA NORTE E SUL RUMO LOGÍSTICA



FONTE: Rumo S.A. (2019).

Um fator de destaque que evidencia tal dominância é o fato de existirem grandes barreiras de entrada no negócio em que a Companhia atua.

Com o passar dos anos, somado à expansão e ao consequente aumento da demanda do setor agrícola por soluções de transporte, a Companhia buscou a ampliação de sua área de influência, por meio do redesenho de seus processos operacionais, obtendo, desse modo, ganhos de eficiência, escalabilidade e aumento da capacidade operacional, confiabilidade, redução de custos e desgargamento, o que permitiu um aumento de sua competitividade e excelência operacional.

4. INVESTIMENTOS

4.1 DESCRIÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS INVESTIMENTOS EM ANDAMENTO E DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia investiu R\$ 2.020,3 milhões, sendo que as principais iniciativas foram: (i) aquisição de locomotivas; (ii) melhorias na via; (iii) aquisições de vagões; (iv) melhorias em Terminais; e (v) investimentos recorrentes. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o investimento total foi de R\$2.150,5 milhões.

Conforme divulgado em 6 de julho de 2016, a Companhia possui um plano de investimentos que totaliza, aproximadamente, R\$ 9.000,0 milhões para o período compreendido entre 2016 a 2020, sendo que, em 31 de dezembro de 2018, R\$5.887,0 milhões já haviam sido investidos. O plano de investimentos tem como principais iniciativas as descritas abaixo.

Nos primeiros anos, a Companhia teve foco prioritário em aumento de eficiência operacional e redução de seus custos, por meio de um plano de substituição e reforma de locomotivas e vagões, bem como recuperação da via permanente. Estas iniciativas levaram a diversos benefícios como economia de diesel e lubrificantes, redução de gastos com manutenção, aumento do nível operacional e redução de acidentes e otimização da circulação de trens. Além disso, melhorias operacionais proporcionaram otimização de diversos processos para maior eficiência operacional com ganhos de volume e redução de custo.

As iniciativas de expansão do plano estão condicionadas ao prazo de amortização dos investimentos ou a extensão do período de concessão e objetivam o aumento de capacidade, bem como o crescimento do volume total transportado. Os principais projetos envolvem a ampliação e construção de novos pátios de cruzamento bem como a melhoria de trechos críticos, como por exemplo, entre as cidades de Itirapina (SP) e Campinas (SP) de forma a aumentar o tamanho do trem tipo e consequentemente elevar o volume transportado. Além disso, prevê-se também a aquisição de material rodante (locomotivas e vagões) para aumento da frota e a melhoria dos acessos a portos e terminais em Santos (SP), Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC).

4.2 FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

A principal fonte de financiamento para os investimentos nos ativos de logística, além da própria geração de caixa, advém de captações no mercado financeiro, aumentos de capital e linhas de crédito que a Companhia obtém junto ao BNDES.

5. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

5.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – “IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

5.2. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

A Companhia entende que as necessidades de caixa consistem em capital de giro, pagamento do endividamento e despesas de capital relacionadas aos investimentos em suas operações. As fontes de liquidez da Companhia advêm do fluxo de caixa das suas operações e empréstimos de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, o fluxo de caixa da Companhia utilizado nas atividades de investimentos foi oriundo principalmente dos empréstimos e capitalizações (equity).

A tabela abaixo apresenta um resumo da situação patrimonial e financeira da Companhia (incluindo liquidez) para os exercícios indicados.

TABELA 1 - SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DA COMPANHIA

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Consolidado (em R\$ milhões)	2018	2017	2016
Receita operacional líquida	6.584,9	5.946,3	4.311,7
Lucro bruto	2.119,3	1.725,4	540,4
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	273,0	-258,4	-1.052,6
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.704,7	2.311,2	1.212,8
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ¹	3.015,9	3.423,7	1.240,6
Endividamento abrangente bruto, líquido de derivativo	10.255,3	10.591,6	10.125,0
Dívida líquida abrangente ²	7.239,4	7.167,9	8.884,4
Patrimônio líquido	8.294,6	8.019,4	5.675,3
Rentabilidade			
Lucro (prejuízo) líquido / Patrimônio líquido	3,3%	-3,2%	-18,5%
Liquidez corrente ³	1,65	1,25	0,68

FONTE: Rumo S.A. (2019).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida atingiu R\$6.584,9 milhões, crescimento de 10,7% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O volume total transportado, de 56,4 bilhões de toneladas por quilômetro útil (“**TKU**”), foi 13,4% superior a 2017. Esse aumento do volume decorrente dos sucessivos investimentos gerou aumento da capacidade de transporte, o que, por sua vez, gerou ganhos de produtividade durante o ano,

¹ Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 31,3 milhões em 2018, R\$ 93,3 milhões em 2017 e R\$ 63,5 milhões em 2016.

² Dívida líquida abrangente consiste da subtração dos saldos de caixa e equivalentes caixa e títulos e valores mobiliários do valor de endividamento abrangente.

³ Liquidez corrente é calculada pela divisão do ativo circulante total pelo passivo circulante total.

especialmente no caso do transporte de grãos, operação mais rentável da Companhia.

O lucro operacional foi de R\$2.119,3 milhões, representando um crescimento de 22,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, quando registrou R\$ 1.725,4 milhões. A dívida líquida abrangente somou R\$7.239,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, o que, se comparado com o valor de R\$7.167,9 milhões verificado em 31 de dezembro de 2017, representa um aumento de 0,99%, em virtude do aumento do saldo de endividamento abrangente bruto, porém a administração da Companhia entende que a variação é imaterial devido ao pagamento captações de anos anteriores.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida atingiu R\$5.946,3 milhões, crescimento de 37,9% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, quando registrou R\$ 4.311,7 milhões. O volume total transportado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de 49,7 bilhões de TKU, foi 23% superior ao mesmo período de 2016. O aumento da capacidade de transporte gerou ganhos de produtividade e permitiu que a Rumo atingisse recordes operacionais durante o ano, especialmente no caso do transporte de grãos, operações mais rentáveis da Companhia.

O lucro operacional foi de R\$1.725,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um crescimento de 219% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que apresentou lucro operacional de R\$ 540,4 milhões. A dívida líquida abrangente somou R\$7.167,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, o que, se comparado com o valor de R\$8.884,4 milhões verificado em 31 de dezembro de 2016, representa uma queda de 19,3%. Apesar do aumento do endividamento abrangente bruto líquido de derivativo de R\$466,6 milhões, a Companhia registrou um aumento de R\$2.183,1 milhões no saldo de caixa, equivalentes de caixa e valores mobiliários, recursos advindos do aumento de capital concluído no último trimestre de 2017.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida atingiu R\$4.311,7 milhões, o volume total transportado foi de 40,3 bilhões de TKU e a dívida líquida abrangente somou R\$8.884,4 milhões.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o *capex* total da Companhia foi de R\$ 2.020 milhões (sendo R\$ 1.219 milhões destinados à expansão das operações da Companhia e R\$ 802 milhões relacionados a gastos recorrentes).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o *capex* total foi de R\$ 2.154 milhões (sendo R\$ 1.375 milhões destinados à expansão das operações da Companhia e R\$ 778 milhões relacionados a gastos recorrentes). No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o *capex* total foi de R\$ 1.926 milhões (sendo R\$ 1.280 milhões destinados à expansão das operações da Companhia e R\$ 646 milhões relacionados a gastos recorrentes).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o total de EBITDA Ajustado menos *capex* recorrente da Companhia foi R\$ 2.448,7 milhões. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o total foi de, respectivamente, R\$ 1.978,2 milhões e R\$ 1.382,3 milhões.

5.3. ESTRUTURA DE CAPITAL

Durante o exercício de 2018, algumas medidas foram tomadas para melhorar a estrutura de capital da Companhia, incluindo: (i) a emissão de título de dívida no mercado internacional no valor de US\$500 milhões em 10 de janeiro de 2018; (ii) a aprovação da incorporação da Brado Holding S.A., da Rumo Malha Norte Holding Ltda. e da Terezza Consultoria de Negócios Ltda. e adicionalmente a incorporação da PGT S.A. pela ALL Armazéns Gerais Ltda.; e (iii) foi aprovado financiamento com o BNDES no valor de R\$2.887.3 milhões, destinado a apoiar os investimentos no âmbito de concessão de transportes ferroviários de carga, dos quais a Companhia captou o montante de R\$800 milhões, enquanto o desembolso do saldo será feito mediante a comprovação dos investimentos aos quais o financiamento está atrelado.

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era composta de 42,7% de capital próprio e 57,3% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir.

TABELA 2 - ESTRUTURA DE CAPITAL

(em milhões de R\$, exceto %)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Capital de terceiros (total de endividamento abrangente bruto)	57,3%	57,2%	64,1%
Capital próprio (patrimônio líquido total do exercício)	42,7%	42,8%	35,9%
Patrimônio líquido total do exercício	8.294,6	8.019,4	5.675,3
Endividamento abrangente bruto ⁴	11.147,8	10.701,7	10.116,5
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ⁵	3.015,9	3.423,7	1.240,6
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	892,5	110,1	-8,6
Dívida líquida abrangente ⁶	7.239,4	7.167,9	8.884,4
Dívida líquida abrangente/PL ⁷	87,3%	89,4%	156,5%

FONTE: Rumo S.A. (2019).

Em 31 de dezembro de 2018 o patrimônio líquido, capital próprio da Companhia, era de R\$ 8.294,6 milhões, representando um aumento de 3,4% em relação a 31 de dezembro de 2017, especialmente em decorrência do lucro obtido em 2018, com aumento da receita e controle dos custos. Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio líquido era de R\$ 8.019,4 milhões, representando um aumento de 41,3% em relação a 31 de dezembro de 2016, especialmente em decorrência do aumento de capital através da captação de R\$ 2.640,0 milhões ocorrida no terceiro trimestre de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido era de R\$ 5.675,3 milhões.

O capital de terceiros da Companhia, representado pelo endividamento abrangente bruto, inclui o saldo das contas de empréstimos e financiamentos,

⁴ Composto por (i) empréstimos e financiamentos e debêntures, (ii) arrendamento mercantil e (iii) certificado de recebíveis imobiliários – CRI.

⁵ Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$31,3 milhões em 2018, R\$93,3 milhões em 2017 e R\$ 63,5 milhões em 2016.

⁶ Também chamada de dívida financeira líquida, é composto por endividamento abrangente bruto, líquido de (i) instrumentos financeiros derivativos (líquidos); (ii) caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários; e (iii) caixa restrito de empréstimos e financiamentos.

⁷ Composto pela divisão da dívida líquida abrangente pelo valor do patrimônio líquido total do exercício.

arrendamento mercantil e certificado de recebíveis imobiliários – CRI. Estes recursos são utilizados principalmente para expansão das operações de logística integrada.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava um endividamento abrangente bruto no valor de R\$ 11.147,8 milhões, com um incremento de R\$ 446,0 milhões, ou 4,2%, em relação ao exercício anterior, principalmente em decorrência da apropriação de encargos após o reperfilamento das dívidas das controladas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava um endividamento abrangente bruto no valor de R\$ 10.701,8 milhões, com um incremento de R\$ 585,3 milhões, ou 5,8%, em relação ao exercício anterior, principalmente em decorrência da apropriação de encargos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava um endividamento abrangente bruto no valor de R\$ 10.116,5 milhões, impactado pela incorporação dos saldos da Rumo Logística naquele exercício. Além disso, a Companhia promoveu o reperfilamento das dívidas no decorrer do segundo trimestre de 2016, o que tornou as dívidas, em sua maioria, de longo prazo, e possibilitou novas captações, mantendo em linha os saldos de dívida de curto prazo em 2016. O saldo de arrendamento mercantil teve quedas em 2017 e 2016 nos montantes, respectivamente, de R\$453,4 milhões e R\$344 milhões, pelo pagamento das parcelas dos contratos vigentes.

6. CIÊNCIA CONTÁBIL

Segundo Iudícibus (2002) a Contabilidade não é uma ciência exata, mas sim uma ciência social, pois é por meio do homem que o fenômeno patrimonial é gerado e modificado. A Contabilidade tem como objetivo registrar e controlar as mudanças no patrimônio, fornecendo informações aos usuários com demonstrações e análises sobre a situação econômica e financeira da entidade.

Entende-se que a evolução da ciência contábil é norteadada pela necessidade do ser humano de aumentar controles em seus patrimônios. Conforme Ávila (2006), os controles patrimoniais geram informações muito importantes para o bom desempenho da empresa, pois, a tomada de decisões tem como base os relatórios e informações contábeis, o qual é de suma importância para o sucesso e competitividade da empresa.

Para Ribeiro (2003), a contabilidade é uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do Patrimônio da Empresa. Para Marion (1998, p.24), “a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

A contabilidade é uma ciência que, por meio dos registros, técnicas, atos e fatos da administração das empresas, possibilitam o controle, a interpretação e, principalmente, o fornecimento de informações sobre as variações do patrimônio da empresa para todos os usuários que possam a ela interessar.

7. HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

A Contabilidade existe desde os tempos mais primitivos, em função da necessidade de controlar, medir e preservar o patrimônio familiar e até mesmo em função de trocas de bens entre as pessoas. Segundo Sá (1998, p. 59) “o nascimento da contabilidade é o da inscrição de elementos da riqueza patrimonial, passando, aos poucos, a registros de melhor qualidade”.

A contabilidade iniciou empiricamente com o homem primitivo. Sua maneira rudimentar de contar já era um modo de inventário, pois tinha como objetivo o controle do seu patrimônio, como rebanhos, fardos de alimentos, instrumentos de caça e pesca e outros bens quantitativos. O homem da antiguidade já tinha a preocupação com a riqueza e a propriedade (como acontece atualmente). Desde os primórdios o homem teve que ir aperfeiçoando a sua maneira de contabilizar, na medida em que as atividades se tornavam mais complexas.

De acordo com Sá (1998), na história da contabilidade, primeiramente, esse processo de conta era feito na memória dos homens e logo após surgiram as gravuras (contendo figuras e numerais), no término da Era da Pedra Polida. Registrava-se a cara do animal e o número correspondente à quantidade de cabeças. Os primeiros registros completos de contabilidade surgiram com a civilização Sumério-Babilônica, que faziam seus registros em peças de argila. Foi com essa civilização que a contabilidade teve o seu verdadeiro nascimento.

A contabilidade tinha como foco principal o controle. Posteriormente, com a evolução do homem, isso tornou-se fundamental para o comércio. Com a prática da troca de bens, a contabilidade continuou quantitativa, tendo uma evolução lenta até o

aparecimento da moeda. Com a criação de sistemas monetários a ciência evoluiu significativamente.

Conforme Sá (1998), os Egípcios representaram um papel de extrema importância para essa primeira evolução da contabilidade, pois, assegura-se, que foram os primeiros povos a utilizar um valor monetário em seus registros. As escriturações eram feitas em papiros, e o sistema contábil tornava-se dinâmico com registros diários.

Há registros de 6000 anos antes de Cristo, em que já havia uma fiscalização, que era realizada pelo Fisco Real. No inventário egípcio, continha bens móveis e imóveis, e já era feito de modo primitivo, controles financeiros e administrativos. Os Gregos evoluíram a forma de contabilizar dos Egípcios. Em 2000 a.C. já havia apuração do saldo com a confrontação de contas de Custos e Receitas e estenderam a escrituração contábil para a administração pública e bancária (SÁ, 1998).

De acordo com Sá (1998), no Período Medieval, denominado “Era Técnica” devido às grandes invenções, houve o aperfeiçoamento e o crescimento da contabilidade, por causa do advento do capitalismo. Nesse período iniciava-se o trabalho assalariado, tornando a contabilidade mais complexa, onde surge pela primeira vez a conta “Capital”. O método das Partidas Dobradas teve origem na Itália, surgindo como consequência e necessidade da Contabilidade de Custos. Nessa mesma região surgia uma das principais, talvez a principal, escola de contabilidade, intitulada Escola Italiana.

A história mostra que a contabilidade não foi apenas consequência da evolução do homem, e sim, um alicerce para que tal evolução acontecesse, pois a partir do sistema de contas, que o homem se organizou, dando o passo fundamental para uma evolução mais acelerada, deixando de ser primitivo e passando a raciocinar de maneira organizada, consequentemente com a evolução humana, a contabilidade se tornou o pilar fundamental para um mundo capitalista.

Conforme Sá (1998, p.60) a história da contabilidade pode ser dividida nas seguintes idades:

- a) Idade antiga da contabilidade, no período de 6.000 a.C a 1.202 d.C. Compreende a escrituração dos fatos patrimoniais pelos sumérios, babilônios, egípcios, assírios, cretenses, gregos, romanos e outras civilizações.
- b) Idade média da contabilidade, no período de 1.202 a 1.494, foi marcada pelo aparecimento do método do registro contábil pelas partidas dobradas.

c) Idade moderna da contabilidade, marcada pela divulgação das primeiras obras sobre a técnica dos registros patrimoniais, com destaque para a obra *Tractatus*, de Luca Pacioli em 1.494, e em 1.840, pelos estudos científicos de Francesco Villa.

d) Idade contemporânea ou científica da contabilidade, no período de 1840 até os dias atuais, marcadas pela sistematização do conhecimento contábil.

Todavia, mesmo sem a moeda e os números é claramente evidenciada que a contabilidade é tão antiga quanto à existência do homem em atividade econômica. Portanto, ela existe desde o início da civilização, momento em que o homem avaliava suas riquezas, o acréscimo e decréscimo delas.

8. CONTROLADORIA

A Controladoria surgiu em meados do século XX, mais precisamente nos Estados Unidos, com o objetivo de controlar todos os negócios das empresas relacionadas, subsidiárias ou filiais. Seu desenvolvimento originou-se devido à expansão geográfica das organizações e também com o aumento da complexidade das suas atividades, consequentemente exigindo outro tipo de controle, colaborando, assim, com a ampliação das funções do controller, (BEUREN ,2002).

Os fatores de ampliação das multinacionais americanas e a globalização de mercados é que fizeram com que fosse disseminado o conceito de controladoria no Brasil.

Kanitz (1976, p.5), cita que:

No Brasil, a controladoria originou-se de pessoas que exerciam cargos de responsabilidade no departamento contábil, ou no departamento financeiro, uma vez que estes profissionais possuem uma visão ampla da empresa, capacidade esta que os tornou capazes de detectar as dificuldades e propor soluções.

Peleias (2002, p.13) define a Controladoria como “uma área da organização com autoridade para tomar decisões sobre eventos, transações e atividades com o objetivo de dar o suporte adequado ao processo de gestão”. Para Padoveze (2000 p.19) controladoria é como “o conjunto de doutrinas e conhecimentos relativos à gestão econômica das empresas, com o fim de orientá-las para a eficácia”.

Mossimann e Fisch (1999, p.99) mencionam que:

a controladoria pode ser conceituada como um conjunto de princípios, procedimentos e métodos oriundos das ciências de Administração, Economia, Psicologia, Estatística e, principalmente, da contabilidade, que se ocupa da gestão econômica das empresas, com a finalidade de orientá-las para a eficácia.

A Controladoria configura a aplicação de conhecimentos pertencentes a diversas ciências, com destaque ao profissional em Contabilidade, devido as suas experiências em manipular informações econômicas financeiras, além da ampla visão sistêmica da empresa.

A palavra controller não existe no nosso dicionário. Horngren (1985, p.9) registra que “o termo controller (às vezes escrito com p, comptroller, derivado do francês, compfe, quer dizer conta) significa o principal executivo da área de contabilidade administrativa”. De acordo com Padoveze (2004, p.3) diz que “a Controladoria pode ser definida, então, como a unidade administrativa responsável pela utilização de todo o conjunto da Ciência Contábil dentro da empresa”.

Desta forma, a atuação da controladoria está em implementar o planejamento como um processo de reflexão que leva à tomada de decisões hoje sobre o que é desejado que aconteça no futuro. O planejamento é essencialmente um processo de criar o futuro que é esperado para/pela empresa. O planejamento é também o modo pelo qual são definidos os caminhos que devem ser seguidos para atingir esses estados futuros desejados.

8.1. PROFISSIONAIS DE CONTROLADORIA

O profissional de controladoria é visto em amplitude, responsabilizando-se pela contabilidade gerencial, pelo sistema de informações gerenciais, pelo orçamento e avaliação das informações geradas pela contabilidade para os gestores tomarem decisões corretas.

Destacando-se o controle, cabe observar que tal função está intimamente ligada ao planejamento por meio do sistema de feedback que fornece informações sobre o resultado das decisões passadas. Tal sistema é necessário para avaliar a qualidade do processo decisório e seus aprimoramentos, (OLIVEIRA, 1999).

É o gestor encarregado do departamento de Controladoria através do gerenciamento de um eficiente sistema de informação, zela pela continuidade da empresa, viabilizando as sinergias existentes, fazendo com que as atividades desenvolvidas conjuntamente alcancem resultados superiores aos que alcançariam se trabalhassem independentemente. O controller tem como tarefa manter o executivo principal da companhia que trabalha informado sobre os rumos que ela deve tomar, aonde pode ir e quais os caminhos que devem ser seguidos.

Segundo Pavodeze (2002, p. 125) a estruturação da controladoria “deve estar ligada aos sistemas de informações necessários à gestão. Assim, busca-se estruturar a controladoria em duas grandes áreas: contábil / fiscal e planejamento / controle.”

O controller necessita de alguns requisitos para o desempenho da função da Controladoria, são eles (OLIVEIRA, 1999, p.44).

1. Um bom conhecimento do ramo de atividade ao qual a empresa faz parte, assim como dos problemas e das vantagens que afetam o setor;
2. Um conhecimento da história da empresa e uma identificação com seus objetivos, sua metas e suas políticas, assim como com seus problemas básicos e suas possibilidades estratégicas;
3. Habilidade para analisar dados contábeis e estatísticos que são a base direcionadora de sua ação e conhecimento de informática suficiente para propor modelos de aglutinação e simulação das diversas combinações de dados;
4. Habilidade de bem se expressar oralmente e por escrito e profundo conhecimento dos princípios contábeis e das implicações fiscais que afetam o resultado empresarial.

O profissional deve ter iniciativa, visão econômica, comunicação racional, síntese, visão voltada para o futuro, oportunidade, persistência, cooperação, imparcialidade, persuasão, consciência de suas próprias limitações, treinamento em vários departamentos da empresa para fins de capacidade de uma empresa vir a fazer um financiamento em longo prazo em uma instituição de crédito. Com isso saber analisar e dar parecer em relatórios gerenciais para tomada de decisões de diretores de determinada empresa.

Heckert e Wilson citado por Mosimann e Fisch (1999, p.95), citam alguns princípios que devem nortear o trabalho de um controller:

Iniciativa: deve procurar antecipar e prever problemas no âmbito da gestão econômica global e fornecer as informações

necessárias aos gestores das áreas diretamente afetadas;

Visão econômica: na função de assessoria a outros gestores, deve captar os efeitos econômicos das atividades exercidas em qualquer área, estudar os métodos utilizados no desempenho das tarefas da área, sugerir alterações que otimizem o resultado econômico global e suprir o gestor com as informações necessárias a esse fim;

Comunicação racional: deve fornecer informações às áreas, em linguagem compreensível, simples e útil aos gestores, e minimizar o trabalho de interpretação dos destinatários;

Síntese: deve traduzir fatos e estatísticas em gráficos de tendência e em índices, de forma que haja comparação entre o resultado realizado e o planejado, e não entre o resultado realizado no período e o realizado no período anterior;

Visão para o futuro: deve analisar o desempenho e os resultados passados com vistas à implementação de ações que melhorem o desempenho futuro, pois o passado é imutável;

Oportunidade: deve fornecer informações aos gestores em tempo hábil às alterações de planos ou padrões, em função de mudanças ambientais, contribuindo para o desempenho eficaz das áreas e da empresa como um todo;

Liderança: como administrador de sua área, tem subordinados, e compete a ele conduzi-los à realização de suas tarefas de forma eficiente e eficaz para que a empresa atinja seus objetivos;

Ética: deve ter sua conduta profissional firmada em valores morais de forma absoluta e pela sociedade.

Para Ludícibus (1999, p.63) “o sistema de informação contábil é como todo bem econômico tem um custo e esse custo deve ser sempre comparado com benefícios esperados da informação”. Em última análise, o benefício esperado de um sistema de informação é o valor presente dos lucros adicionais (ou dos fluxos de caixa) que não seriam obtidos caso aquele particular sistema de informação não tivesse sido adotado ou não estivesse disponível.

A comparabilidade entre custo e benefício de uma informação ou sistema contábil deverá estar sempre em mente do gerente da empresa, pois, mensurá-los é muito difícil. Nestes casos, o melhor é utilizar exemplos de empresas bem-sucedidas, bem como a complexidade e originalidade dos sistemas de informação contábil.

Levando em consideração a importância, utilidade e finalidade da contabilidade, segundo Funenseg (2005), a contabilidade utiliza-se de procedimentos que são classificados em quatro técnicas diferentes: escrituração, demonstrações contábeis, auditoria e análise. Veremos cada uma delas a seguir:

Escrituração: consiste em efetuar, de forma sistematizada, o registro das ocorrências que influenciam a evolução patrimonial. A escrituração, portanto, é

realizada levando em consideração a ordem cronológica de todos os acontecimentos. A técnica contábil da escrituração é baseada em documentos comprobatórios, ou seja, todos os acontecimentos a serem escriturados devem corresponder a um documento legalizado que comprove a sua veracidade.

Demonstrações contábeis: consiste em apresentar todos os registros efetuados de uma forma condensada, que apresente os resultados atingidos pela empresa em um determinado período. Os fatos registrados devem constar em demonstrações expositivas, que, segundo a Lei nº6.404/76 são denominadas demonstrações financeiras.

Auditoria: técnica que busca ratificar a exatidão dos registros já efetuados e apresentados nas demonstrações contábeis. Consiste em um exame pormenorizado de todos os dados escriturados pela contabilidade, verificando se todos foram efetuados seguindo os princípios fundamentais de contabilidade. Essa técnica pode ser aplicada de duas formas distintas: auditoria interna e auditoria externa.

Análise: levando consideração que as demonstrações contábeis representam dados sistematizados, que apresentam de forma sintética os resultados da empresa, nem sempre os usuários têm condições de interpretá-los. Assim, cabe a própria contabilidade decompor, comparar e interpretar os demonstrativos contábeis, com a finalidade de fornecer informações mais ágeis para os usuários.

Verifica-se que estas técnicas contábeis seguem uma sequência lógica, registrando todos os conhecimentos. Posteriormente, demonstra-se todos esses conhecimentos através de relatórios, verificando a veracidade destes registros, para então ser feito uma análise e interpretação dos relatórios gerados e assim fornecer as informações aos gestores das empresas.

9. TEMA

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema Análise de liquidez e rentabilidade das demonstrações contábeis da Empresa Rumo S/A.

10. JUSTIFICATIVA

Justifica-se este trabalho por analisar as informações nas demonstrações contábeis, pois produzirá conhecimento e interpretação da situação econômica e financeira do empreendimento para os seus diversos usuários, tanto internos como externos, bem como a aplicabilidade dos conhecimentos da contabilidade na prática. Sendo assim tem-se como objetivo o trabalho com as demonstrações contábeis financeiras, bem como a relevância das informações prestadas. Será feita uma análise das empresas mencionadas no título deste projeto, focando em verificar as demonstrações contábeis das empresas.

A atual realidade da globalização mundial, da concorrência acirrada exige do mercado a presença de profissionais cada vez mais qualificados. considerando que o contador faz parte de uma área de atuação profissional marcada pelo dinamismo da legislação e da necessidade de gerar informações em tempo hábil, além de uma maior preocupação no processo ensino aprendizagem para a qualificação dos estudantes de Ciências Contábeis.

É necessário destacar a importância que existe entre a teoria e a prática contábil, que são dois elementos que devem caminhar juntos. O conhecimento teórico sem a existência da prática se torna incompleto e se houver um aprendizado conjunto o profissional poderá tornar-se mais eficiente e eficaz nos seus afazeres.

11. OBJETIVO DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES

A análise das demonstrações contábeis busca converter dados fornecidos pelas demonstrações financeiras em relatórios de suma importância para a tomada de decisão.

A diferença entre dados e informações é que dados são apenas números ou descrição de objetos, não provocando nenhuma reação ao leitor, já informação representa para quem a recebe, uma comunicação que pode produzir reação ou decisão, geralmente acompanhada de um efeito surpresa (MATARAZZO, 2008).

Segundo Assaf Neto (2012) a análise das demonstrações visa demonstrar com base nas informações contábeis extraídas das empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas de sua evolução e as tendências futuras analisando o presente com base no passado.

Conforme Braga (1999, p.124):

A análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando o conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual, e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa.

Após a execução do processo de análise das demonstrações é possível obter as seguintes informações da empresa: desempenho econômico-financeiro; eficiência na utilização de recursos; pontos positivos e negativos; tendências e perspectivas; causas e alterações na rentabilidade; evidência de erros da administração. Tais informações são apresentadas em relatórios de análises, os quais devem abranger uma linguagem descomplicada, facilitando a interpretação e o conhecimento das partes interessadas (MATARAZZO, 2008).

Com isso, as análises das demonstrações contábeis são os principais instrumentos utilizados para a tomada de decisão dos seus stakeholders. Portanto, para que os resultados encontrados na análise das demonstrações sejam confiáveis, é essencial que se exista qualidade da informação, isso quer dizer, rigor dos lançamentos contábeis; utilização adequada dos princípios contábeis; veracidade nos valores registrados, auditorias internas e externas entre outros.

12. USUÁRIOS DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES

A análise das demonstrações é fundamental para todos que pretendem relacionar-se com uma empresa, pois busca atender a diferentes objetivos nos interesses de seus usuários tanto pessoas físicas, como pessoas jurídicas. Cada usuário procura detalhes específicos que traga respostas a seus interesses, ou seja, cada usuário está interessado em algum aspecto particular da empresa.

Para Assaf Neto (2012) e Matarazzo (2008), os usuários, também chamados de stakeholders, mais importantes da análise das demonstrações de uma empresa são os fornecedores, clientes, instituições financeiras, acionistas, concorrentes, governo e seus próprios administradores.

12.1. FORNECEDORES

Os interesses dos fornecedores conforme Assaf Neto (2012) e Matarazzo (2008) são voltados para o conhecimento da capacidade de pagamento da empresa, ou seja, a sua liquidez. Em virtude dos balanços serem divulgados uma vez por ano, para ter mais segurança, os fornecedores geralmente observam outros indicadores como nível de endividamento e rentabilidade, além de outras informações julgadas interessantes para a concessão de crédito.

12.2. CLIENTES

Para Matarazzo (2008), ocorre análise por parte do cliente quando depende de fornecedores que não possuam o mesmo porte dele ou que possam, de alguma forma, oferecer riscos e quando existem poucos fornecedores no mercado deve avaliar qual lhe proporciona mais segurança. Nesta análise, os itens mais importantes são a capacidade física instalada de produção, a existência de projetos de expansão, nível dos investimentos em pesquisas e desenvolvimentos de produtos, condições econômicas e financeiras a curto e longo prazo e potencial de captação de recursos (ASSAF NETO, 2012).

12.3. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

As instituições financeiras precisam ter conhecimento da posição de curto e longo prazo da empresa, pois mesmo que a operação se liquide em curto prazo, existe a possibilidade de renovações de empréstimos e o interesse em manter a empresa como cliente. Nesta análise, os aspectos relevantes são o endividamento, a solvência e a rentabilidade (MATARAZZO, 2008; ASSAF NETO, 2012).

12.4. ACIONISTAS

Os acionistas e investidores utilizam-se da análise das demonstrações para avaliar se é conveniente o investimento em ações de determinada empresa, observam a eficiência que a organização tem em gerar lucro e remunerar os recursos dos

investidores e, por meio da liquidez, verificam se a empresa apresenta condições de continuar atuando no seu negócio (MATARAZZO, 2008; ASSAF NETO, 2012).

12.5. CONCORRENTES

Segundo Assaf Neto (2012, p. 49) análise de concorrentes é importante para que a empresa “possa melhor conhecer seu mercado e comparar sua posição econômico-financeira (liquidez, rentabilidade, crescimento de vendas, etc.) em relação ao setor de sua atividade (empresas concorrentes)”. Através de confrontos das análises de demonstrações entre concorrentes é possível apurar vários índices padrão e cada organização se auto-avaliar diante destes índices (MATARRAZO, 2008).

12.6. GOVERNO

Para o governo, a análise das demonstrações contribui para a tomada de decisão nos processos de licitações. Quando duas ou mais empresas apresentam propostas semelhantes, surge a necessidade de identificar qual a empresa aponta melhores condições para ser vencedora do processo. Diante disso, o governo, através da análise das demonstrações, identifica qual está com melhor situação financeira para ser vencedora do processo. Após a escolha da vencedora, o governo continua monitorando a situação econômico-financeira da empresa para averiguar se ainda apresenta condições de cumprir as tarefas as quais se candidatou. (MATARAZZO, 2008; ASSAF NETO, 2012).

A análise das demonstrações também proporciona ao governo “conhecer a posição financeira dos diferentes ramos e setores de atividade como forma de subsidiar a formulação de certas políticas econômicas” (ASSAF NETO, 2012, p. 49).

12.7. ADMINISTRADORES

Os administradores utilizam a análise das demonstrações para avaliar no presente os resultados de seus trabalhos, se as decisões tomadas e as políticas aplicadas estão atingindo de acordo com os resultados esperados e, com base nestes

resultados, estimar o desempenho futuro da empresa. Conforme Assaf Neto (2012, p. 49) avaliando os relatórios “será possível conhecer o retorno dos investimentos totais, a rentabilidade do capital próprio, a rotação dos ativos, o volume de dívidas em relação ao capital dos proprietários.”.

13. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são utilizadas para prestar contas da situação financeira da empresa perante os acionistas, credores, governo e a comunidade em geral. Tem como objetivo informar a todos os interessados, informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, possibilitando um conhecimento e a análise da situação econômico-financeira da entidade, (BRAGA, 2003).

As demonstrações contábeis são:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração de Resultados do Exercício (DRE);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);

As demonstrações obrigatórias conforme a Lei 11.638 de 2008 são somente o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, exceto para as sociedades de pequeno e médio porte, pois estão dispensadas de elaborar a DFC e a DVA, (FIECAFI, 2008).

14. BALANÇO PATRIMONIAL

A expressão “balanço” decorre do equilíbrio: $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{PL}$, ou da igualdade de: $\text{Aplicações} = \text{Origens}$. Esta expressão parte da ideia de uma balança de dois pratos em que se encontra a igualdade, (Ludicibus, 1998). A expressão patrimonial originou-se do patrimônio da entidade, um conjunto de bens, direitos e

obrigações, onde se origina Patrimônio Líquido. Juntando as duas expressões, forma-se Balanço Patrimonial, (IUDÍCIBUS, 1998)

Segundo Iudícibus (1999, p.183) “O Balanço Patrimonial é a peça contábil que retrata a posição das contas de uma entidade após todos os lançamentos das operações de um período (..)”.

Compreende-se que o balanço patrimonial é a análise e o estudo feito por uma pessoa ou empresa com relação a todos os bens duráveis ou não duráveis de uma determinada pessoa, sendo ela jurídica ou física, considerando-se a mais importante das demonstrações contábeis.

Conforme Braga (2003), o balanço patrimonial tem como objetivo demonstrar a situação do patrimônio da entidade ocorrendo, normalmente, ao término de cada exercício social. Recomenda-se que as contas do balanço patrimonial sejam classificadas de acordo com os elementos do patrimônio que elas representem.

TABELA 3 - ESTRUTURA BÁSICA DO BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Disponibilidades	Fornecedores
Clientes	Empréstimos de Curto Prazo
Estoques	Impostos
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a longo prazo	Empréstimos de Longo Prazo
Investimento	Patrimônio Líquido
Imobilizado	Capital Social
Intangível	Reservas de Capital
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros
	Ações em Tesouraria
	Lucros / Prejuízos Acumulados

Fonte: Adaptado de ASSAF NETO, 2012

Conforme Bruni (2011) e Iudícibus (2012), o ativo compõe-se de bens e direitos de propriedade e controle da empresa e representa a aplicação de recursos da entidade. Bens é tudo que se pode mensurar em dinheiro; e direitos representam valores a serem recebidos de terceiros. Ambos devem trazer benefícios presentes e futuros para a empresa.

No ativo, as contas são estruturadas em ordem decrescente conforme seu grau de liquidez, ou seja, a capacidade de transformar o mais rápido em moeda corrente. O ativo se divide em dois grupos:

a) Ativo circulante – compreende as contas que estão em constante movimento, como: caixa, bancos, clientes, estoques, sendo que a conversão em dinheiro deverá ser feita no máximo dentro do exercício social seguinte, ou seja, em um prazo inferior a 360 dias (BRUNI, 2011).

b) Ativo Não Circulante – compreende as contas que possui itens com baixa liquidez, como: imobilizado, intangível (marcas e patentes), investimento (obras de arte) e que se transformarão em dinheiro no prazo superior ao término do exercício social, ou seja, superior a 360 dias, como exemplo: duplicatas a receber no realizável a longo prazo (BLATT, 2001).

No passivo encontra-se o conjunto de exigibilidades e obrigações da empresa oriundas de recursos tomados de terceiros, ou seja, representa a fonte de origens de recursos para a atividade da empresa (IUDÍCIBUS, 2012). O passivo se divide em:

- a) Passivo Circulante – demonstra as obrigações a serem liquidadas dentro do exercício social seguinte.
- b) Passivo não circulante – representa as obrigações que serão liquidadas após o término do exercício social seguinte.

O último grupo do balanço patrimonial é o patrimônio líquido, indica os recursos próprios da empresa que pertence a seus proprietários. Abrange o investimento inicial feito pelos sócios ou acionistas, os lucros ou prejuízos e reservas decorrentes da atividade empresarial (BRUNI, 2011).

O Patrimônio Líquido se subdivide conforme Assaf Neto (2012) em:

- a) Capital social – representa os valores investidos pelos proprietários na sociedade;
- b) Reservas de capital – se constitui através de valores aportados pelos proprietários, pela valorização de ativos e lucros auferidos e não distribuídos;
- c) Ajuste de avaliação patrimonial – se caracteriza pelo aumento ou redução de valores decorrentes da avaliação a preço de mercado de elementos do ativo e passivo;

- d) Reservas de lucros – são lucros retidos da empresa com finalidade específica, não podendo o seu montante ser superior ao capital social da empresa;
- e) Lucros/prejuízos acumulados – representa os lucros acumulados decorrente do resultado do exercício mais o acúmulo dos resultados dos exercícios anteriores, ou seja, é a sobra do lucro após a empresa fazer a destinação para as reservas de lucros ou distribuição de dividendos, e também contempla prejuízos acumulados que obedece ao mesmo conceito dos lucros acumulados, porém é considerado como resultado retificador do patrimônio líquido fazendo com que diminua o valor do Patrimônio Líquido

15. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Esta demonstração indica os saldos das receitas, custos e despesas, desembolsáveis ou não, ocorridas na empresa durante o exercício social ou em período pré-determinado (mês, quinquena, semestre). Reflete os resultados líquidos (lucro ou prejuízo) num determinado período.

É elaborada pelo regime de competência, ou seja, os fatos são registrados no momento em que ocorre independente da realização financeira, demonstrando desta forma, apenas o desempenho econômico da empresa. (MATARAZZO, 2008; BLATT, 2001).

O Quadro 1 apresenta a estrutura da demonstração do resultado do exercício composta pela divisão de seus grupos, conforme Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

QUADRO 1 - ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA BRUTA DE VENDAS
(-) Deduções da Receita bruta (impostos, devoluções e descontos concedidos)
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(-) Custo dos Produtos Vendidos e/ou Serviços Prestados
= LUCRO BRUTO
(-) Despesas/Receitas Operacionais
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Tributárias
(-) Despesas de Vendas
(-) Outras Receitas Operacionais
(-) Outras Despesas Operacionais
= RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO
(-/+) Resultado Financeiro Líquido
(-/+) Resultado de Equivalência Patrimonial
= LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
(-) Provisão para IR e Contribuição Social
= LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Fonte: Adaptado de ASSAF NETO, 2012

Após o pronunciamento técnico nº 26 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (2011), as demonstrações do resultado do exercício passaram a ser publicadas a partir da receita líquida.

Quando o resultado líquido final for positivo, indica que a empresa obteve ganho efetivo. Este ganho, também chamado de lucro, tem por finalidade remunerar os sócios ou acionistas e manter e/ou desenvolver o patrimônio da empresa (BRAGA, 1999).

16. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em resumo esta demonstração trata das movimentações de entrada (débito) e saída (crédito) de dinheiro na empresa em um período determinado. Indica as transações ocorridas no saldo da conta caixa e equivalente de caixa, separando-as em fluxo financeiro das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

Conforme Assaf Neto (2012, p. 97) esta demonstração permite que se analise a capacidade de liquidez da empresa em “honrar seus compromissos perante terceiros (empréstimos e financiamentos) e acionistas (dividendos), a geração de resultado de caixa futuros e das operações atuais, e a posição de liquidez e solvência financeira.”.

A demonstração dos fluxos de caixa pode ser elaborada por dois métodos (IUDÍCIBUS, 2012):

- a) Direto: relaciona as movimentações financeiras de entrada e saída dos recursos gerados pelas operações normais, como recebimento de vendas, pagamentos fornecedores, entre outros.
- b) Indireto: é o método mais publicado, as atividades operacionais são evidenciadas a partir do lucro líquido do exercício ajustado com receitas e despesas que não afetam o caixa.

O Quadro 2 apresenta uma estrutura sugerida de Demonstração dos Fluxos de Caixa.

QUADRO 2 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.

FLUXOS OPERACIONAIS
Resultado Líquido
(+) Depreciação
Aumento/Redução de Duplicatas a Receber
Aumento em Duplicatas Descontadas
Aumento em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
Aumento/Redução em Estoques
Aumento/Redução em Fornecedores
Redução de Salários a Pagar
Outros
<i>Caixa Líquido das Atividades</i>
FLUXOS DE INVESTIMENTOS
Pagamento na Compra de Imobilizado
Recebimento pela Venda de Imobilizado
Outros
<i>Caixa Líquido de Investimentos</i>
FLUXOS DE FINANCIAMENTO
Integralização de Aumento de Capital
Amortização de Empréstimos e Financiamentos
Recebimento/Pagamento de Dividendos
Novas Captações de Empréstimos e Financiamentos
Outros
<i>Caixa Líquido de Financiamentos</i>
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA
SALDO INICIAL DE CAIXA
SALDO FINAL DE CAIXA

Fonte: ASSAF NETO (2012, p. 98)

17. ANÁLISE VERTICAL

De acordo Perez e Begalli (1999 p.199) a análise vertical das contas das demonstrações contábeis mostra sua composição percentual e a participação de cada conta em relação a um valor adotado como base (100%). É uma técnica, na qual o valor obtido em cada conta mostra a real importância no conjunto.

Segundo Matarazzo (2003), este valor-base no Balanço Patrimonial é dado pelo total do ativo no caso das aplicações e pelo total do ativo nas origens, já nas demonstrações de resultado pela receita líquida de vendas, que é a receita bruta

menos as deduções (impostos sobre venda, devolução de venda, etc.), sendo o cálculo do percentual que cada elemento ocupa em relação ao conjunto é feito por meio de regra de três, sendo os demais calculados em relação a ele (RIBEIRO, 1999). Tendo como objetivo “avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo” (IUDÍCIBUS, 1998, p.93).

TABELA 4 - ANÁLISE VERTICAL DA EMPRESA RUMO S/A

Conta	Descrição	2018	AV	2017	AV	2016	Av
1	Ativo total	27.134.113.	100%	26.229.516	100%	23.031.314	100%
1.01	Ativo circulante	4.073.989	15%	4.406.621	17%	2.300.753	10%
1.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	141.527	1%	178.004	1%	260.527	1%
1.01.02	Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
1.01.03	Contas a receber	417.339	2%	359.342	1%	417.156	2%
1.01.04	Estoques	263.386	1%	282.291	1%	284.579	1%
1.01.05	Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-
1.01.06	Tributos a Recuperar	252.258	1%	259.976	1%	249.965	1%
1.01.07	Despesas Antecipadas	-	-	-	-	-	-
1.01.08	Outros ativos circulantes	2.999.479	11%	3.327.008	13%	1.088.526	5%
1.02	Ativo não circulante	23.060.124	85%	21.822.895	83%	20.730.561	90%
1.02.01	Ativo realizável a longo prazo	3.605.423	13%	2.891.718	11%	2.565.306	11%
1.02.02	Investimentos	44.001	0%	41.930	0%	46.847	0%
1.02.03	Imobilizado	11.916.818	44%	11.266.278	43%	10.337.119	45%

1.02.04	Intangível	7.493.882	28%	7.622.969	69%	7.781.289	34%
---------	------------	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----

FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

Ao verificar o Balaço Patrimonial da empresa Rumo S/A, apresentou mudanças relevantes na estrutura do ativo circulante. O Período de 2016 representou 10%, já no ano de 2017 17% e ano de 2018 essa participação diminui para 15%.

Este aumento significativo do aumento de participação do ativo circulante ocorreu principalmente devido ao saldo da conta de outros ativos circulantes, pois ele em 2016 estava 5%, 2017 13%, 2018 11%. Já o ativo não circulante apresentou 85% em 2018, 83% em 2017, 90% 2016.

17.1 ANÁLISE HORIZONTAL

Conforme Perez e Begalli (1999, p. 199) afirmam que "A análise horizontal das contas das demonstrações financeiras mostra as variações que ocorreram nos valores monetários ou em valores relativos (porcentagem ou índices) em determinado período de tempo."

Segundo Ribeiro (1999) a análise horizontal é o acompanhamento do desempenho de cada uma das contas que fazem parte da demonstração em questão, ressaltando as tendências evidenciadas em cada uma delas, sejam de evolução ou de regressão. Para a realização deste processo é necessário que obtenha os valores de anos anteriores, pois somente assim pode-se verificar a evolução de cada conta no decorrer dos anos.

TABELA 5- ANÁLISE HORIZONTAL DA EMPRESA RUMO S/A

Conta	Descrição	2018	AH	2017	AH	2016
1	Ativo total	27.134. 113.	3%	26.229.516	14%	23.031.314
1.01	Ativo circulante	4.073.989	-8%	4.406.621	92%	2.300. 753
1.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	141.527	-20%	178.004	-32%	260.527
1.01.02	Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
1.01.03	Contas a receber	417.339	16%	359.342	-14%	417.156

1.01.04	Estoques	263.386	-7%	282.291	-1%	284.579
1.01.05	Ativos biológicos	-	-	-	-	-
1.01.06	Tributos a Recuperar	252.258	-3%	259.976	4%	249.965
1.01.07	Despesas Antecipadas	-	-	-	-	-
1.01.08	Outros ativos circulantes	2.999.479	-10%	3.327.008	206%	1.088.526
1.02	Ativo não circulante	23.060.124	6%	21.822.895	5%	20.730.561
1.02.01	Ativo realizável a longo prazo	3.605.423	25%	2.891.718	13%	2.565.306
1.02.02	Investimentos	44.001	5%	41.930	-10%	46.847
1.02.03	Imobilizado	11.916.818	6%	11.266.278	9%	10.337.119
1.02.04	Intangível	7.493.882	-2%	7.622.969	-2%	7.781.289

FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

Ao verificar o Balanço Patrimonial da empresa Rumo S/A, apresentou mudanças relevantes na estrutura do ativo circulante, teve um aumento significativo, do ano de 2017 a 2018, saindo do 8% a 92%, já o ativo realizável a longo prazo, verificou-se uma pequena evolução no período de 2017 a 2018, de 13% a 25%

18. ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Para Marion (1987), os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas; facilitando sensivelmente o trabalho do analista, uma que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa ou relevante que a observação de montantes, por si só. Os índices de liquidez têm como objetivo demonstrar a situação financeira das entidades, e a sua capacidade de saldar suas obrigações. Elas são divididas em três tipos: Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Liquidez Seca.

18.1 LIQUIDEZ CORRENTE

Conforme Assaf (2002) a liquidez corrente é um dos índices mais utilizados em análise econômica financeiro, pois reflete a capacidade de pagamento da empresa em relação a cada unidade monetária que deve no mesmo período. Um índice acima de \$1,00 é considerado positivo e quanto maior a liquidez corrente, mais alta é a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro.

Para Iudícibus (1998, p.100): o índice de liquidez corrente relaciona quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo. É um índice muito divulgado e frequentemente considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa. É preciso considerar que no numerador estão incluídos itens tão diversos como: Disponibilidades, valores a receber a curto prazo, estoques e certas despesas pagas antecipadamente. No denominador, estão incluídas as dívidas e obrigações vencíveis a curto prazo.

18.2 LIQUIDEZ SECA

Para Assaf (2002), o quociente da liquidez seca demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem salgadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber.

Para Gitman (19978, p.110), “O índice de liquidez seca é parecido com o índice corrente, com a única diferença que este índice exclui os estoques do ativo circulante da empresa, por ser geralmente o ativo de menor liquidez”.

18.3 LIQUIDEZ GERAL

De acordo com Assaf (2002), este índice revela o montante que a empresa possui em caixa, considerando a possibilidade que ela venda tudo o que possui para poder saldar suas dívidas, contando para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e a longo prazo. O ideal é um índice acima de \$1,00 por representar uma capacidade de pagamento de todas as suas dívidas tanto a curto quanto a longo prazo. A liquidez geral tem como objetivo verificar a capacidade de pagamento tanto

a curto quanto a longo prazo. A empresa em estudo apresenta nos meses de julho a setembro para cada R\$1,00 de débito total, R\$1,57, R\$1,40 e R\$1,05 respectivamente em seu Circulante e Realizável a longo prazo.

18.4 LIQUIDEZ IMEDIATA

Conforme Ludícibus (1998) o índice de liquidez imediata revela a capacidade da empresa em pagar todos os seus compromissos de curto prazo, ou seja, quanto a empresa possui de dinheiro em caixa ou em bancos para cada real do passivo circulante. O índice de liquidez imediata revela a porcentagem das dívidas a curto prazo a serem liquidadas imediatamente. Analisando os quocientes da empresa em estudo, fica comprovado que tanto os meses de julho com R\$1,35 e agosto com R\$1,14 que existem recursos monetários para a empresa saldar as suas dívidas a curto prazo. Quando este quociente for R\$1,00 ou superior a este valor, a empresa estará sempre folgada financeiramente.

O importante é que a empresa tenha um giro veloz de estoques ou de receitas de serviços, em volume suficiente para produzir disponibilidades diárias satisfatórias.

19. ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Os índices de rentabilidade segundo Ribeiro (1999, p.146) “servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido na empresa”. Matarazzo (2003, p.189) diz que “obtendo como resultado do relacionamento entre o lucro periódico com os outros elementos dos demonstrativos contábeis”.

19.1 RENTABILIDADE DO ATIVO

De acordo com Ribeiro (1999, p.148), “o termo rentabilidade relata algo de bom, assim neste índice tem-se a relação entre lucro líquido e o Ativo, evidenciando o potencial de geração de lucros por parte da empresa”. E Matarazzo (2003, p.179) amplia que, “desta forma o potencial de geração de lucro da empresa, mostra uma medida de capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-

se". A interpretação deste quociente deve ser direcionada para verificar o tempo necessário para que haja retorno dos capitais totais (próprios e de terceiros) investido na empresa, (RIBEIRO, 1999).

O índice de rentabilidade do ativo indica o retorno produzido pelo total das aplicações realizadas por uma empresa em seus ativos. Na Solução Assessoria Contábil SS Ltda., obteve-se rentabilidade no período analisado apenas no mês de julho com 16%, já os meses agosto e setembro, não obteve rentabilidade sendo de 10% e 14% respectivamente, ou seja, o prejuízo líquido contribui na formação do ativo com percentuais insatisfatórios nos meses de agosto e setembro.

19.2 RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para Matarazzo (2003, p.181), quando o capital próprio está sendo utilizado para a geração de lucro líquido ao qual:

Rentabilidade do patrimônio líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do capital próprio. Essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos alternativos no mercado, como caderneta de poupança, letra de câmbio, ações, aluguéis, fundos de investimentos, etc. Com isso se pode avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções.

De acordo com Ludícibus (1998, p.116), "o quociente de retorno sobre o patrimônio líquido reside em expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recuso próprios e de terceiros em benefícios dos acionistas".

Desta forma, mostra o retorno sobre o capital próprio investido na empresa, ou seja, quantos anos serão necessários para que os proprietários obtenham de volta o valor do capital que investiram na empresa, (RIBEIRO, 1999).

20. ESTRUTURA DE CAPITAL

A estrutura de capital de uma empresa está relacionada com a escolha entre as duas diferentes fontes de financiamento.

Keown (1985), Duque (1989) e Peyrard (1992) citados por Gomes (2013) acreditam que o conceito de estrutura de capital é diferente do

conceito de estrutura financeira. A estrutura financeira engloba todas as fontes de financiamento existentes no passivo, por sua vez na estrutura de capitais apenas constam as fontes de financiamento que resultam de decisões com caráter estrutural. (SEMEDO 2015 p.09)

Além do mais a estrutura de capital tem sido um tema alvo de vários estudos ao longo dos anos, assim deduz uma ótima estrutura de capital, sendo este um dos temas mais complexos na estrutura de uma empresa, porém se torna de grande importância pois influencia no custo de capital e no seu valor.

20.1 PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Indica quanto a empresa captou de capitais de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) para cada R\$ 1,00 de capital próprio aplicado.

Conforme Matarazzo (2008, p. 154):

O Índice de Participação de Capitais de Terceiros relaciona, portanto, as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, Capitais Próprios e Capitais de Terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa. Também pode ser chamado índice de Graus de Endividamento.

Quanto menor este índice, melhor será a capacidade financeira da empresa e menor a dependência de capital de terceiros. Entretanto um endividamento maior implica na possibilidade de maior retorno, associada a maior risco.

20.2 COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO

A composição de endividamento indica quanto a empresa possui de dívidas de curto prazo em relação à dívida total (curto prazo + longo prazo).

De acordo com Bruni (2011, p. 155) este índice “expressa a natureza do endividamento, revelando o percentual do endividamento concentrado no curto prazo”. Conforme o autor deve-se utilizar a seguinte equação para cálculo deste índice:

A empresa quando planeja se expandir, sempre deve dar preferência para financiamentos de longo prazo, visto que quando começar a amortizar a dívida, já está

com uma grande capacidade operacional gerada pelos novos investimentos (IUDÍCIBUS, 2012).

21. INSOLVÊNCIA DE KANITZ

A insolvência de Kanitz se enquadra as empresas que apresenta fator de insolvência maior que zero, e conforme vai se elevando, vai-se diminuindo a probabilidade.

TABELA 6 - FATOR DE INSOLVÊNCIA DE KANITZ

		Rumo S.A.		
		2016	2017	2018
Rentabilidade do PL.	$(LL / PL) \times 0,05$	(0,01)	(0,00)	0,00
Liquidez Geral	$((AC + RLP) / (PC + ELP)) \times 1,65$	0,46	0,66	0,67
Liquidez Seca	$((AC - E) / PC) \times 3,55$	2,11	4,17	5,47
Liquidez Corrente	$(AC / PC) \times -1,06$	(0,72)	(1,33)	(1,75)
Endividamento	$((PC+ELP) / PL) \times -0,33$	(1,01)	(0,75)	(0,75)
Fator de Insolvência de Kanitz		4,290	6,908	8,639

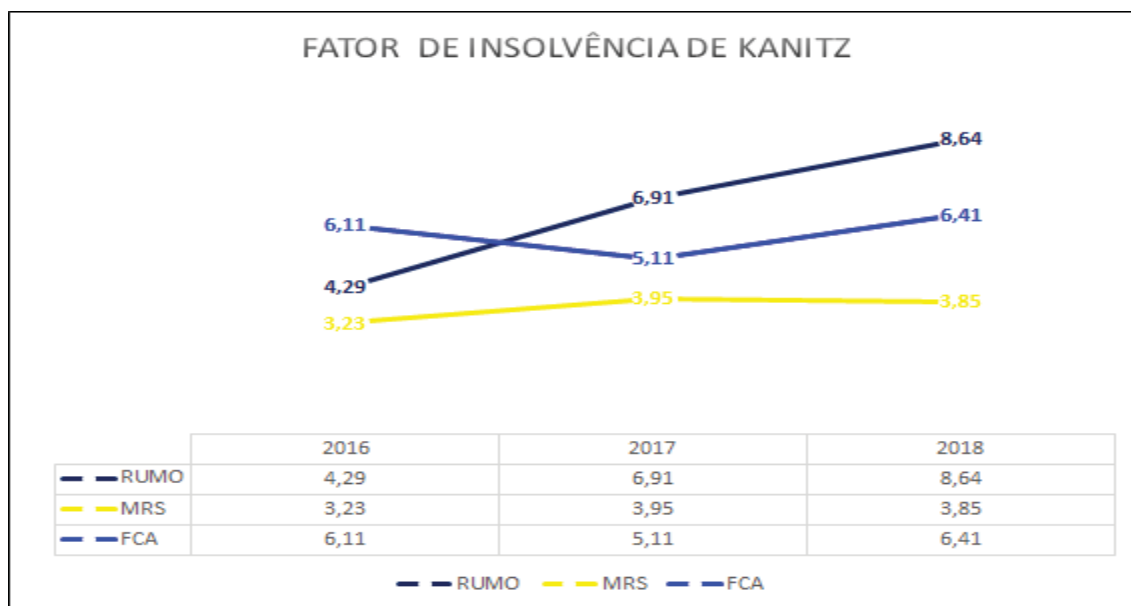
		MRS LOGISTICA S.A.		
		2016	2017	2018
Rentabilidade do PL.	$(LL / PL) \times 0,05$	0,01	0,01	0,01
Liquidez Geral	$((AC + RLP) / (PC + ELP)) \times 1,65$	0,52	0,60	0,61
Liquidez Seca	$((AC - E) / PC) \times 3,55$	1,70	2,22	2,15
Liquidez Corrente	$(AC / PC) \times -1,06$	(0,58)	(0,72)	(0,73)
Endividamento	$((PC+ELP) / PL) \times -0,33$	(0,43)	(0,40)	(0,36)
Fator de Insolvência de Kanitz		3,233	3,949	3,847

FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

		FCA S.A.		
		2016	2017	2018
Rentabilidade do PL.	$(LL / PL) \times 0,05$	(0,00)	0,00	0,00
Liquidez Geral	$(AC + RLP / PC + ELP) \times 1,65$	3,13	2,47	2,36
Liquidez Seca	$(AC - E / PC) \times 3,55$	2,16	1,90	2,85
Liquidez Corrente	$(AC / PC) \times -1,06$	(0,77)	(0,68)	(1,12)
Endividamento	$(PC+ELP / PL) \times -0,33$	(0,05)	(0,07)	(0,07)
Fator de Insolvência de Kanitz		6,109	5,114	6,407

FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

GRÁFICO 1 - FATOR DE INSOLVÊNCIA DE KANITZ



FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

O Termômetro de Insolvência mostra que a empresa MRS está solvente, apresentando uma baixa de liquidez nos anos de 2016, 2017 e 2018. As empresas Rumo e FCA em três anos manteve e elevou a liquidez da empresa.

22. EBTIDA

Ebtida é uma sigla que tem como reconhecimento a Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization ou, em português que quer dizer juros antes do lucro, é usado por empresas de capital aberto como avaliação de desempenho.

Não há um padrão para se calcular o Ebitda, ou seja, cada empresa calcula da maneira que desejar, chamando a atenção da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec). (LOPES E SALES 2014 p 13).

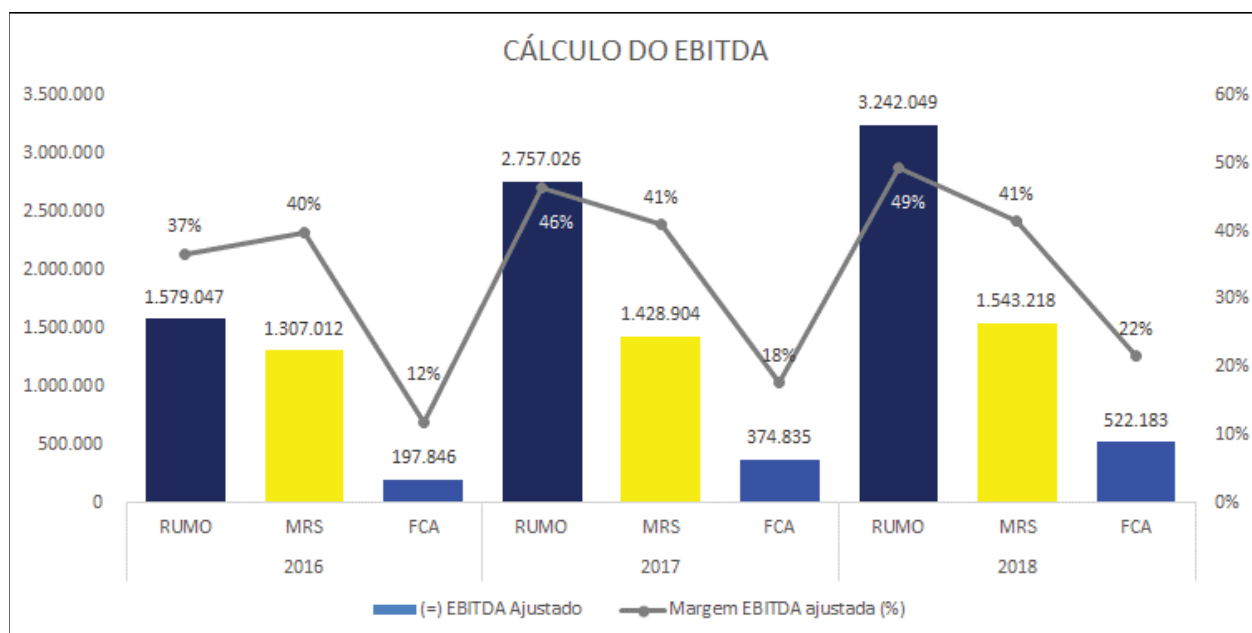
Assim sendo, a ebtida é um cálculo a ser feito para a empresa, é manipulável pois se soma a depreciação e a amortização, podendo conseguir um ebtida positivo. Para o cálculo dela deve-se considerar o cálculo antes dos juros, o resultado antes do imposto de renda e das despesas.

TABELA 7 - CÁLCULO DO EBITDA

R\$ mil	2016			2017			2018		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	RUMO	MRS	FCA	RUMO	MRS	FCA	RUMO	MRS	FCA
Receita Operacional Líquida	4.311.713	3.279.420	1.667.362	5.946.349	3.492.805	2.124.532	6.584.936	3.726.448	2.413.961
CSP	(3.771.308)	(2.208.786)	(1.708.954)	(4.220.988)	(2.307.108)	(2.024.332)	(4.465.634)	(2.476.486)	(2.210.215)
Despesas com Vendas	(4.649)	37.977	(114)	(28.846)	(11.700)	-	(12.872)	(14.510)	-
Despesas Administrativas	(246.054)	(214.623)	(56.589)	(282.115)	(196.338)	(67.953)	(300.564)	(212.810)	(84.367)
Equivalência Patrimonial	8.380	-	-	4.243	-	-	10.179	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	307.626	-	-	183.134	-	-	99.824	-
Outras Despesas Operacionais	(10.342)	(291.167)	-	(3.304)	(258.247)	(6.746)	(65.302)	(183.834)	-
(=) EBIT	287.740	910.447	(98.295)	1.415.339	902.546	25.501	1.750.743	938.632	119.379
Depreciação e Amortização	1.291.307	559.765	296.141	1.341.687	566.858	349.334	1.491.306	604.586	402.804
(=) EBITDA	1.579.047	1.470.212	197.846	2.757.026	1.469.404	374.835	3.242.049	1.543.218	522.183
Eventos não-recorrentes	-	163.200	-	-	40.500	-	-	-	-
(=) EBITDA Ajustado	1.579.047	1.307.012	197.846	2.757.026	1.428.904	374.835	3.242.049	1.543.218	522.183
Margem EBITDA ajustada (%)	37%	40%	12%	46%	41%	18%	49%	41%	22%

FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

GRÁFICO 2 - CÁLCULO EBITDA



FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

A empresa Rumo e MRS apresentam margem de EBTIDA positiva, ou seja, apresentam capacidade operacional de caixa. A empresa FCA obteve em 2018 seu melhor número de geração de caixa R\$ 553 milhões, aumento de 47,5% comparado exercício anterior, impulsionado pela sua eficiência operacional e aumento de 68% do volume transportado do projeto Complexo Mineral de Patrocínio.

23. INDICADORES DE LIQUIDEZ

TABELA 8- ÍNDICE DE LIQUIDEZ

<u>Índice de liquidez geral</u>	Exercício	RUMO	MRS	FCA
$ILG = \frac{(\text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo})}{(\text{passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo})}$	2018	1,44	1,92	5,46
	2017	1,44	1,83	5,76
	2016	1,33	1,77	7,30

<u>Índice de liquidez corrente</u>	Exercício	RUMO	MRS	FCA
$ILC = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$	2018	1,65	0,69	1,06
	2017	1,25	0,68	0,64
	2016	0,68	0,54	0,72

<u>Índice de liquidez seca</u>	Exercício	RUMO	MRS	FCA
$ILS = \frac{\text{ativo circulante} - \text{estoque}}{\text{passivo circulante}}$	2018	1,54	0,60	0,80
	2017	1,17	0,63	0,54
	2016	0,59	0,48	0,61

<u>Índice de liquidez imediata</u>	Exercício	RUMO	MRS	FCA
$ILI = \frac{\text{disponibilidades}}{\text{passivo circulante}}$	2018	0,06	0,26	0,05
	2017	0,05	0,32	0,10
	2016	0,08	0,25	0,09

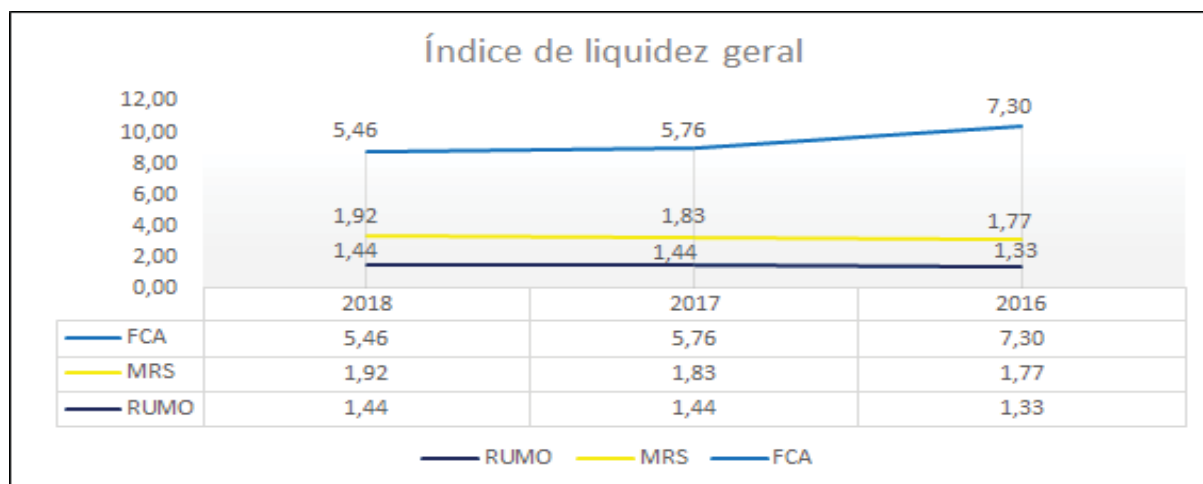
FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

23.1 LIQUIDEZ GERAL

Indica quanto a empresa dispõe de ativo circulante e realizável a longo prazo para liquidação de obrigações de curto e longo prazo, ou seja, dívida total.

A equação para calcular este índice Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante.

GRÁFICO 3 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL



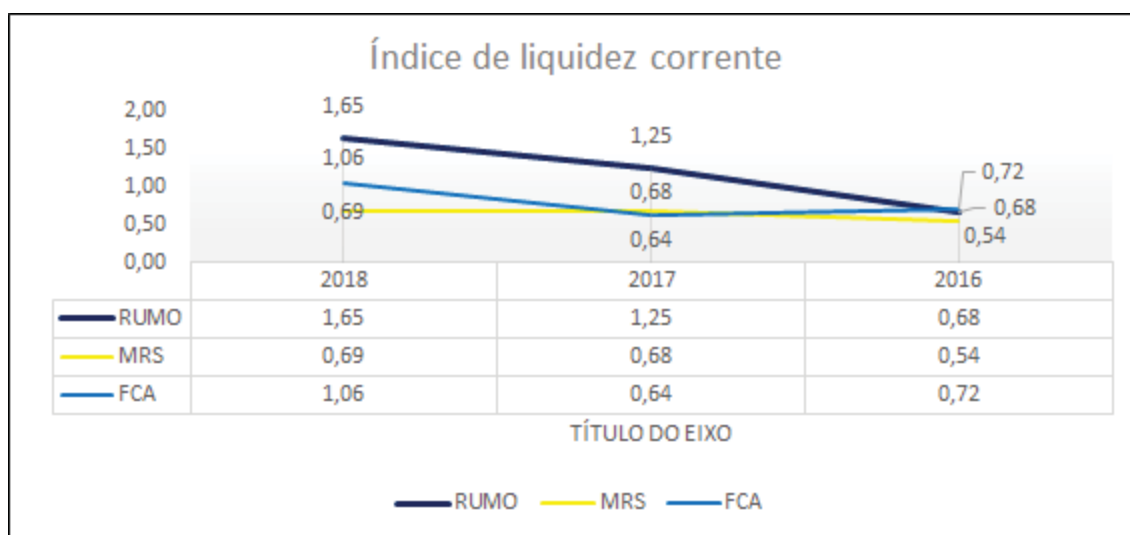
FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

No Índice de liquidez geral, a empresa FCA teve uma evolução significativa do ano de 2016 a 2018, para cada 1,00 registrado no passivo total da empresa, a mesma tinha o valor de 7,30 em 2016, 5,76 em 2017 e 5,46 em 2018.

23.2 LIQUIDEZ CORRENTE

O índice de Liquidez corrente é o total de ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

GRÁFICO 4 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE



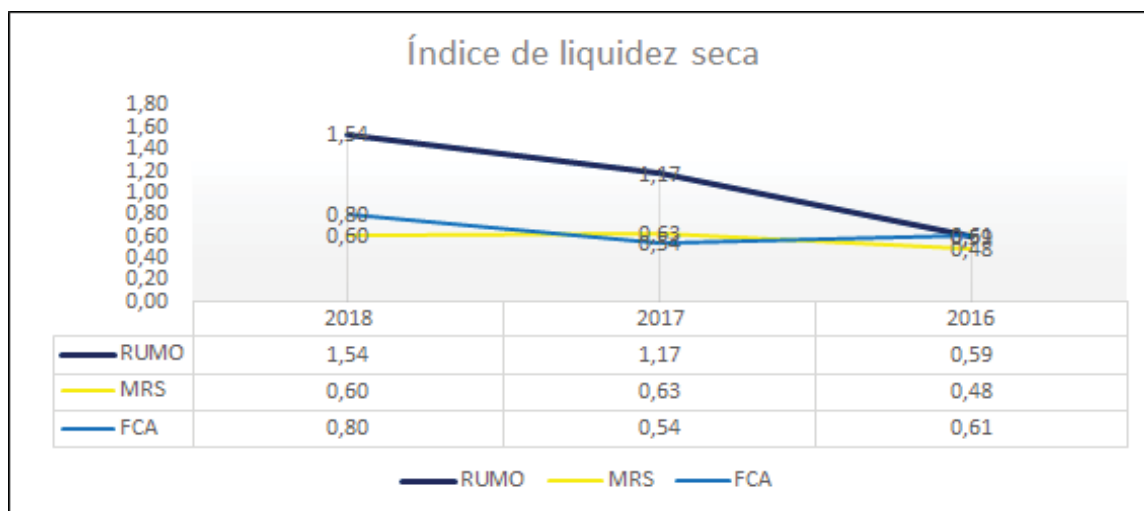
FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

Para cada R\$ 1,00 em dívida no curto prazo, a empresa Rumo em 2016 possuía R\$ 0,68 disponíveis para pagar dívida de curto prazo, sendo no ano de 2017 1,25 e 2018 R\$ 1,65. a empresa Mrs no ano de 2016 possuía R\$ 0,68 disponíveis para pagar dívida de curto prazo, 0,68 e 2018 0,69. e a empresa FCA possuía R\$ 0,72 disponíveis para pagar dívida de curto prazo, sendo no ano de 2017 R\$ 0,64 e 2018 R\$ 1,06. a empresa Mrs no ano de 2016 possuía R\$ 0,68 disponíveis para pagar dívida de curto prazo.

23.3 ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA

É a visão cautelosa da empresa.

GRÁFICO 5 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA



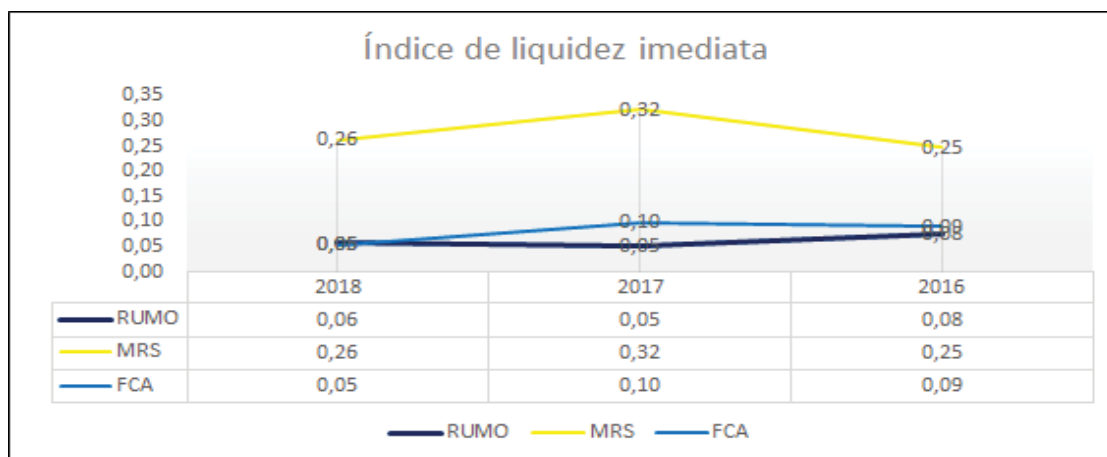
FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

Para cada R\$ 1,00 de ativo no curto prazo, sem a empresa considerar o estoque, há aproximadamente na empresa Rumo no ano de 2016 R\$ 0,59 disponível para pagar, 2017 R\$ 1,17 e 2018 R\$ 1,54. A empresa MRS no ano de 2016 R\$ 0,48 , 2017 R\$ 0,63, e no ano de 2018 0,60 disponível para pagar. E a empresa FCA no ano de 2016 R\$ 0,61, 2017 R\$ 0,64 e no ano de 2018 R\$ 0,80 disponível para pagar.

23.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Considera-se as contas de caixa, saldo de bancos e aplicações financeiras.

GRÁFICO 6 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA



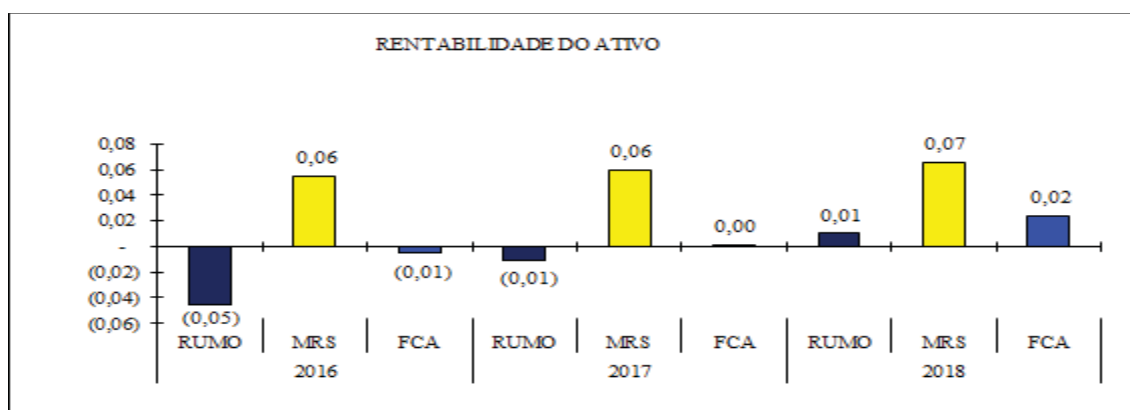
FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

Verifica-se que a empresa FCA é a única que apresenta liquidez imediata em todos os períodos, apesar de oscilação ano a ano ainda dispõe no ano de 2016 de R\$ R\$ 0,09, em 2017 0,10 e no ano de 2018 0,05, de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo. Já as demais a Rumo e a MRS não apresentaram liquidez imediata.

24. RENTABILIDADE DO ATIVO

Rentabilidade do ativo é o índice de retorno de investimento, valor representado sobre o ativo total.

GRÁFICO 7 - RENTABILIDADE DO ATIVO



FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

A empresa MRS em sua rentabilidade do ativo apresentou retorno de investimento nos três anos consecutivos, 2016, 2017 e 2018. a empresa FCA no ano de 2016 teve negatividade, no ano de 2017 margem paralisada e no ano de 2018 elevou-se para 0,02. já a empresa Rumo apresenta negatividade dois anos consecutivos, 2016 e 2017, e no ano de 2018 teve um índice pouco elevado para 0,01.

TABELA 9- RENTABILIDADE DO ATIVO

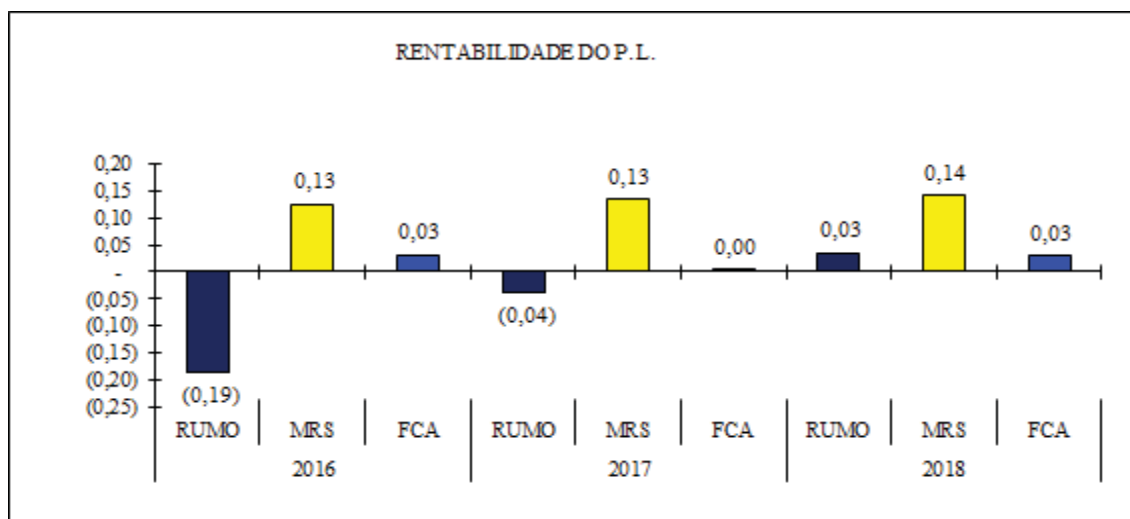
		2016			2017			2018		
		RUMO	MRS	FCA	RUMO	MRS	FCA	RUMO	MRS	FCA
RENTABILIDADE DO ATIVO	Lucro Líquido/Ativo Médio	(0,05)	0,06	(0,01)	(0,01)	0,06	0,00	0,01	0,07	0,02
RENTABILIDADE DO P. L.	Lucro Líquido/P.L. Médio	(0,19)	0,13	0,03	(0,04)	0,13	0,00	0,03	0,14	0,03

FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

24.1 RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Indica o quanto a empresa teve de retorno sobre seus recursos investidos

GRÁFICO 8 - RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



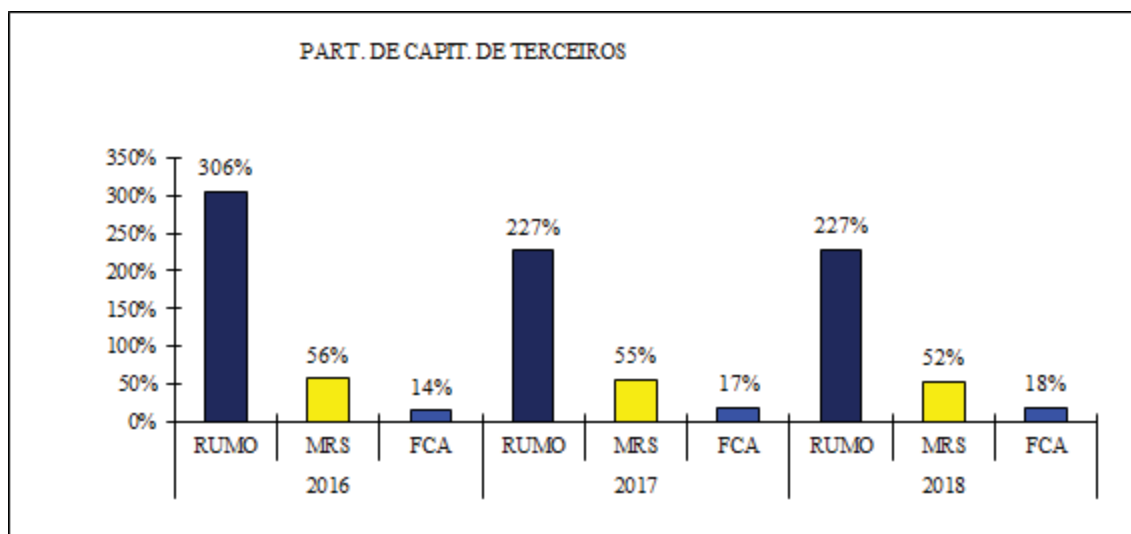
FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

A empresa Rumo teve um retorno negativo nos anos de 2016 e 2017, sendo no ano de 2018 um índice pouco elevado para 0,03. a empresa FCA no ano de 2016 teve 0,03 de índice positivo, sendo neutra no ano de 2017 e elevando-se novamente para 0,03 no ano de 2018. a empresa MRS a única empresa que nos três anos teve retorno positivo.

25. PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS

Faz-se a soma do passivo e do patrimônio líquido o que resulta no valor do ativo total.

GRÁFICO 9 - PARTE DE CAPITAL DE TERCEIROS



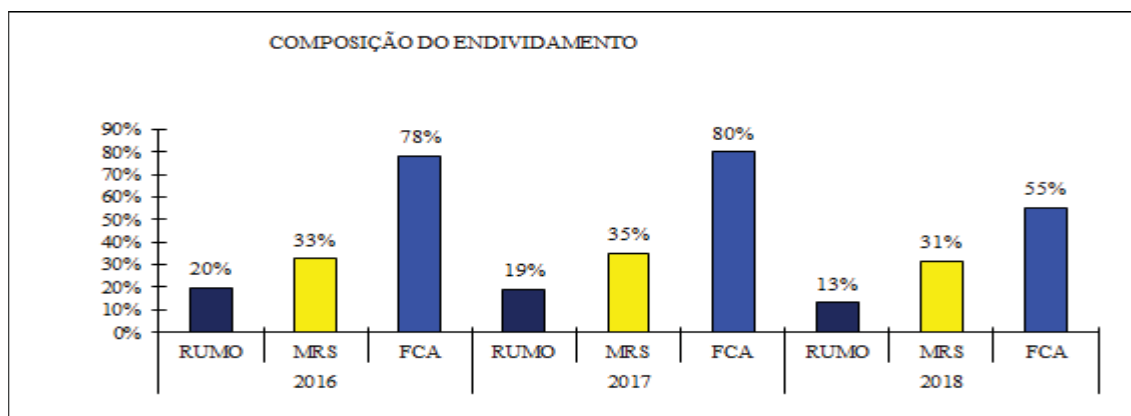
FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

A empresa Rumo teve resultados positivos nos anos de 2016, 2017 e 2018, a empresa MRS e FCA também, ambas, porém com valores baixos em comparação com a empresa Rumo.

25.1. COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO

Diz respeito sobre as dívidas da empresa sendo estas de curto prazo em relação a dívida total.

GRÁFICO 70 - COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO



FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

Destaque para a empresa Rumo que praticamente não apresenta dívidas de longo prazo durante os três anos, as demais empresas a MRS e FCA possuem um índice elevado na composição de endividamento nos anos de 2016, 2017 e 2018.

TABELA 10- ESTRUTURA CAPITAL

	2016			2017			2018		
	RUMO	MRS	FCA	RUMO	MRS	FCA	RUMO	MRS	FCA
PART. DE CAPIT. DE TERCEIROS		306%	56%	14%	227%	55%	17%	227%	52%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO		20%	33%	78%	19%	35%	80%	13%	31%
									55%

FONTE: João Paulo Aparecido da Silva (2019).

26. CONCLUSÃO

A análise das demonstrações contábeis tem por finalidade apurar dados em tempo real fornecidos através das demonstrações financeiras em informações de extrema importância para as tomadas de decisões, sendo a principal ferramenta utilizada pelos stakeholders para se obter informações quanto ao desempenho econômico-financeiro, a eficiência na utilização dos recursos e as tendências e perspectivas de mercado.

Os dados coletados das demonstrações são apurados por meio de cálculos de indicadores, em que se tornam mais atrativos quando comparados com padrões de empresas de mesmo porte e atividade.

A atuação de uma contabilidade gerencial é imprescindível para vida útil de qualquer entidade, ainda mais nos tempos atuais em que há uma grande competitividade, e quem busca se aprimorar para obter uma maior segurança nas decisões a serem tomadas acaba se destacando no mercado como um todo.

Este trabalho teve como objetivo os indicadores financeiros das empresas Rumo S.A., MRS Logística S.A. e Ferrovia Centro-Atlântica S.A., de forma documental, com acesso as informações das empresas pelo site da <http://www.b3.com.br/>.

E para encerrar, a pesquisa nos proporcionou um ótimo aproveitamento de conhecimento para o capital intelectual, demonstrando as relações que os indicadores possuem um com o outro e quantas informações precisas nos trazem a análise das demonstrações contábeis e financeiras de uma empresa. Afirmando o já dito anteriormente, as informações geradas através da aplicação de fórmulas e cálculos permitem ao gestor monitorar a saúde financeira da companhia, e assim obter maior segurança na tomada de decisão.

Sugere-se que essas análises sejam refeitas nos próximos anos, se possível, aumentando a amostra de empresas para checarmos como continuará o comportamento destes índices e para a constatação de alguma tendência para os anos seguintes, comparando com algum indicador operacional e para traçar o perfil dos setores empresariais. Pode-se estender a pesquisa para outras empresas de

outros países, filtrando somente as dos mesmos segmentos para melhor compreender o padrão e comparar a evolução delas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ASSAF NETTO, A. **Estrutura e análise de balanço: um enfoque econômico-financeiro**. 7^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico e Financeiro**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.p.191.

_____. **Finanças Corporativas e Valor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.p.124.

ATTIE, W. **Auditoria Interna**. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 1998ÁVILA, C. A. **Gestão contábil para contadores e não contadores**. 20^a ed. Curitiba: IBPEX, 2006.

BERTÓ Rolando; BEULKE, Dalvio José. **Gestão de custos**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BOLSA DE VALORES. IBOVESPA. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/>. Acesso em. Nov. 2019

BORNIA, A.C. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 1^aed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

BRITO, O. S. **Controladoria de risco: retorno em instituições financeiras**. s/ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRUNI, A.L. **Gestão de Custo e Formação de Preços**: com aplicações na calculadora HP12C e excel. 3^o ed. São Paulo: Atlas, 2004

CATELLI, A. **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica. 3^a ed.São Paulo: Atlas, 1999.

CATELLI, A.(Coordenador). **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica-GECON. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2001.

COSSERMELLI, Bianca Cristina Ribeiro Machado. Et al. **A utilização de índices de liquidez e rentabilidade na análise e gestão do desenvolvimento empresarial**. São Paulo 2012. disponível em: <http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2015/indices_liquidez.pdf>. Acesso em: Março.2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1999.

_____, Idalberto. **Empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2004.

Conselho Federal de Contabilidade. **Caduceu**. Disponível em <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=86&codConteudo=129>>. Acesso em: Março.2019.

Conselho Federal de Contabilidade. **Código de ética Profissional do Contabilista**. 6ª ed. Brasília: DF, 2002.

Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em <<http://www.cfc.or.br>>. Acesso em 17 set. 2008.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial: Teoria e prática**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DONEW. **Significado do símbolo da contabilidade**. Disponível em: < <http://www.donew.com.br/Origem%20do%20caduceu.htm>>. Acesso em: Abril.2019

FRANCO, H. F. e MARRA, E. **Auditoria Contábil**, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO P. C. **Controladoria: teoria e prática**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FITZSIMMONS, James; FITZSIMMONS, Mona. **Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação**. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

FUNENSEG. **Contabilidade/Supervisão e coordenação metodológica da diretoria de ensino e pesquisa**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Funenseg, 2005.

GITMAN, L.J. **Princípios de Administração Financeira**. 7ª ed. São Paulo: Harbra, 1998.

HERNANDEZ, J. P. Jr., **Controladoria e Gestão**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

INDÍCIBUS, S. **Curso de auditoria**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS 7ª ed. São Paulo: Atlas, S. **Análise de Balanços**. 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de custos**. São Paulo: Atlas, 1988.

_____, S., MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/jucepar>>. Acesso em Março.2019

KANITZ, S. C. **Controladoria: teoria e estudos de casos**. 1ª ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de Serviços**. São Paulo: Atlas, 1991.

MARION, José C. **Análise de demonstração contábeis**. Contabilidade empresarial. 2. ed. São Paulo. Atlas 2012.

MARION, J.C. **Contabilidade Empresarial**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____, J. C. **Contabilidade básica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MATARAZZO, D. **Análise Financeira de Balanço**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MILLS, A. C. **A auditoria da qualidade**: uma ferramenta para avaliação constante e sistemática da manutenção da qualidade. 5ª ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

Ministério da Previdência Social. Disponível em <<http://www.previdenciasocial.gov.br>>. Acesso em Março, 2019.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Meglioni, Evandir: **Custos Análise e gestão** 2º edição São Paulo Pearson Prentice hall, 2007.

MEGLIORINI, E. **Custos**. s/ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

MOSIMANN, C. P.; FISCH, S. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NAKAGAWA, Masayuki. **ABC: custeio baseado em atividades**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2001. 95 p. ISBN 85-224-2967-7 (broch).

NAKAGAWA, M. **Introdução a Controladoria**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NEVES, S.: VICECONTI, P.E.V. **Contabilidade de Custo: um enfoque direto e objetivo**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Novo Código Civil. **Exposição de Motivos e texto sancionado**. Senado Federal. Brasília-DF, 2007.

O QUE É LIQUIDEZ? Disponível em: <https://www.btgpactualdigital.com/blog/investimentos/o-que-e-liquidez>. Acesso em. Fevereiro.2019.

OLIVEIRA, L. M. **Controladoria**. 2ª ed. São Paulo: Futura, 1999.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria básica**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

PADOVEZE, C.L. **Contabilidade Gerencial**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997

PADOVEZE, C.L. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luis, **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. 3 ed, rev atual. São Paulo 2015.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade básica fácil**. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RUMO. Disponível em: <http://ri.rumolog.com/ptb/perfil-corporativo>. Acesso em. Abril.2019.

PELEIAS, I. R. **Controladoria gestão eficaz utilizando padrões**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva 2002

SÁ, A.L. **Curso de Contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SEMEDO, Isidro Gomes. Teoria da estrutura da capital das empresas: Uma aplicação as empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa. Lisboa 2015. disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11108/1/Isidro%20Semedo%20-%20tese.pdf>. Acesso em. dez.2019

WERNKE, R. **Gestão de Custos: uma abordagem pratica**. São Paulo: Atlas, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO DA EMPRESA RUMO S/A

RUMO S.A. - DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo - (Reais Mil)

Conta	Descrição	2018	2017	2016
1	Ativo Total	27.134.113	26.229.516	23.031.314
1.01	Ativo Circulante	4.073.989	4.406.621	2.300.753
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	141.527	178.004	260.527
1.01.02	Aplicações Financeiras	-	-	-
1.01.03	Contas a Receber	417.339	359.342	417.156
1.01.04	Estoques	263.386	282.291	284.579
1.01.05	Ativos Biológicos	-	-	-
1.01.06	Tributos a Recuperar	252.258	259.976	249.965
1.01.07	Despesas Antecipadas	-	-	-
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.999.479	3.327.008	1.088.526
1.02	Ativo Não Circulante	23.060.124	21.822.895	20.730.561
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.605.423	2.891.718	2.565.306
1.02.02	Investimentos	44.001	41.930	46.847
1.02.03	Imobilizado	11.916.818	11.266.278	10.337.119
1.02.04	Intangível	7.493.882	7.622.969	7.781.289

ANEXO 2 - BALANÇO PATRIMONIAL DA EMPRESA RUMO S/A

RUMO S.A. - DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo - (Reais Mil)

Conta	Descrição	2018	2017	2016
2	Passivo Total	27.134.113	26.229.516	23.031.314
2.01	Passivo Circulante	2.473.318	3.511.981	3.393.342
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	207.397	166.864	117.150
2.01.02	Fornecedores	451.619	628.596	564.942
2.01.03	Obrigações Fiscais	54.450	44.770	68.747
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	924.904	1.594.008	1.467.725
2.01.05	Outras Obrigações	834.948	1.077.743	1.174.778
2.01.06	Provisões	-	-	-
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	-	-	-
2.02	Passivo Não Circulante	16.366.172	14.698.154	13.962.685
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.669.477	8.076.938	7.055.450
2.02.02	Outras Obrigações	3.745.246	3.777.106	4.002.685
2.02.03	Tributos Diferidos	2.436.797	2.342.076	2.397.528
2.02.04	Provisões	514.652	502.034	507.022
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	-	-	-
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	-	-	-
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.294.623	8.019.381	5.675.287
2.03.01	Capital Social Realizado	9.654.897	9.654.897	7.014.897
2.03.02	Reservas de Capital	2.462.045	2.459.859	2.493.670
2.03.03	Reservas de Reavaliação	-	-	-
2.03.04	Reservas de Lucros	266.817	253.599	253.599
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(4.374.466)	(4.624.707)	(4.363.960)
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.907	7.812	6.489
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-	-	-
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	266.423	267.921	270.592

ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA EMPRESA RUMO S/A

RUMO S.A. - DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)

Conta	Descrição	2018	2017	2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.584.936	5.946.349	4.311.713
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(4.465.634)	(4.220.988)	(3.771.308)
3.03	Resultado Bruto	2.119.302	1.725.361	540.405
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	(368.559)	(310.022)	(252.665)
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.750.743	1.415.339	287.740
3.06	Resultado Financeiro	(1.209.335)	(1.664.858)	(1.453.336)
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	541.408	(249.519)	(1.165.596)
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(268.441)	(8.919)	113.024
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	272.967	(258.438)	(1.052.572)
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-	-	-
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	272.967	(258.438)	(1.052.572)
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	-	-	-
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-	-	-
3.99.01.01	ON	0,170	(0,188)	(0,448)
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	-	-	-
3.99.02.01	ON	0,169	(0,188)	(0,448)

ANEXO 4 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DA EMPRESA RUMO

RUMO S.A. - DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - (Reais Mil) - Método Indireto

Conta	Descrição	2018	2017	2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.704.713	2.311.248	1.212.750
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.500.938	2.896.700	1.375.572
6.01.01.01	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	541.408	(249.519)	(1.165.596)
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.491.306	1.341.687	1.291.307
6.01.01.03	Equivalência patrimonial em controladas e associadas	(10.179)	(4.243)	(8.380)
6.01.01.04	Provisão para participações nos resultados e bônus	93.153	81.694	24.853
6.01.01.05	Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	(29.231)	(73)	11.796
6.01.01.06	Provisão de demandas judiciais	79.283	55.800	19.372
6.01.01.07	Provisão (reversão) com créditos de liquidação duvidosa	(1.939)	12.198	(1.514)
6.01.01.08	Opção de ações outorgadas	7.352	5.522	-
6.01.01.09	Arrendamentos e concessões	199.405	193.252	193.637
6.01.01.10	Receitas diferidas	-	-	(46.492)
6.01.01.11	Take or pay	-	-	(282.658)
6.01.01.12	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	1.161.542	1.509.319	1.326.181
6.01.01.13	Outros	(31.162)	(48.937)	13.066
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(796.225)	(585.452)	(162.822)
6.01.02.01	Partes relacionadas, líquidas	3.143	46.478	156.715
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	(31.948)	(58.379)	27.103
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-	-	(27.719)
6.01.02.04	Outros tributos a recuperar	(130.833)	(199.982)	131.263
6.01.02.05	Outros tributos a pagar	-	-	(92.960)
6.01.02.06	Estoques	23.704	7.650	(47.355)
6.01.02.07	Ordenados e salários a pagar	(53.063)	(35.898)	(49.297)
6.01.02.08	Fornecedores	(206.964)	(36.654)	(23.641)
6.01.02.09	Arrendamentos e concessões a pagar	(105.848)	(111.922)	(107.729)
6.01.02.10	Provisão para demandas judiciais	(101.679)	(72.448)	(50.569)
6.01.02.11	Outros passivos financeiros	14.300	75.434	(50.665)
6.01.02.12	Outros ativos e passivos, líquidos	(207.037)	(199.731)	(27.968)
6.01.03	Outros	-	-	-
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(1.411.192)	(4.102.852)	(1.744.107)
6.02.01	Caixa líquido pela venda de investida	-	(689)	-
6.02.02	Aumento de capital em controlada	-	-	-
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	467.432	(2.045.842)	(278.782)
6.02.04	Caixa restrito	111.664	(24.635)	3.104
6.02.05	Caixa recebido na reorganização societária	-	-	3.259
6.02.06	Dividendos recebidos de controladas e associadas	6.458	6.704	8.193
6.02.07	Partes relacionadas - mútuo	-	-	-
6.02.08	Adições ao imobilizado, intangível e investimentos	(1.996.746)	(2.045.390)	(1.479.881)
6.02.09	Caixa recebido de venda de outros ativos permanentes	-	7.000	-
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(1.456.801)	1.681.013	756.052
6.03.01	Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	3.113.130	3.786.463	3.345.112
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.172.817)	(2.961.824)	(1.956.438)
6.03.03	Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(724.579)	(946.382)	(569.205)
6.03.04	Amortização de principal de arrendamento mercantil	(384.752)	(348.114)	(413.267)
6.03.05	Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(150.799)	(283.430)	(330.452)
6.03.06	Amortização de principal de certificado de recebíveis imobiliários	(91.746)	(127.165)	(89.881)
6.03.07	Pagamento de juros de certificado de recebíveis imobiliários	(97)	(2.338)	(39.051)
6.03.08	Integralização de capital	-	2.584.151	821.588
6.03.09	Instrumentos financeiros derivativos	(29.479)	(18.279)	(11.577)
6.03.10	Partes relacionadas - mútuo	-	-	-
6.03.11	Dividendos pagos	(3.346)	(2.069)	(777)
6.03.12	Aquisição de participação de não controlador	(12.316)	-	-
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	126.803	28.068	-
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(36.477)	(82.523)	224.695
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	178.004	260.527	35.832
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	141.527	178.004	260.527

ANEXO 5 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO DA EMPRESA MRS LOGÍSTICA

MRS LOGÍSTICA S.A. - DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo - (Reais Mil)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
1	Ativo Total	8.019.175	7.833.919	7.572.805
1.01	Ativo Circulante	901.510	1.020.631	758.786
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	276.653	422.786	296.099
1.01.02	Aplicações Financeiras	69.309	62.191	49.065
1.01.03	Contas a Receber	263.187	281.543	181.713
1.01.04	Estoques	107.563	85.893	91.906
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	108.375	96.082	107.852
1.01.07	Despesas Antecipadas	24.025	17.640	24.699
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	52.398	54.496	7.452
1.02	Ativo Não Circulante	7.117.665	6.813.288	6.814.019
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	635.438	535.977	598.577
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	1.689	0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.02.01.04	Contas a Receber	276.122	199.116	204.600
1.02.01.05	Estoques			
1.02.01.06	Ativos Biológicos			
1.02.01.07	Tributos Diferidos			
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	155.924	151.926	160.089
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas			
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	203.392	183.246	233.888
1.02.02	Investimentos			
1.02.02.01	Participações Societárias			
1.02.02.02	Propriedades para Investimento			
1.02.03	Imobilizado	6.437.733	6.234.458	6.179.512
1.02.04	Intangível	44.494	42.853	35.930

ANEXO 6 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO DA EMPRESA MRS LOGÍSTICA

MRS LOGÍSTICA S.A. - DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo - (Reais Mil)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2	Passivo Total	8.019.175	7.833.919	7.572.805
2.01	Passivo Circulante	1.312.852	1.494.195	1.393.810
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	180.182	169.942	159.669
2.01.02	Fornecedores	269.935	258.791	222.769
2.01.03	Obrigações Fiscais	136.766	159.836	150.609
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	430.601	672.332	628.614
2.01.05	Outras Obrigações	254.528	202.705	207.485
2.01.06	Provisões	40.840	30.589	24.664
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.02	Passivo Não Circulante	2.862.116	2.784.443	2.876.187
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.076.253	2.056.497	2.176.357
2.02.02	Outras Obrigações	178.067	117.301	106.978
2.02.03	Tributos Diferidos	201.095	235.569	270.185
2.02.04	Provisões	406.701	375.076	322.667
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			
2.03	Patrimônio Líquido	3.844.207	3.555.281	3.302.808
2.03.01	Capital Social Realizado	1.917.306	1.718.440	1.597.362
2.03.02	Reservas de Capital			
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros	1.917.306	1.827.986	1.696.528
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados			
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.595	8.855	8.918
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes			

ANEXO 7 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA EMPRESA MRS LOGÍSTICA

MRS LOGÍSTICA S.A. - DFs Individuais / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.726.448	3.492.805	3.279.420
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.476.486)	(2.307.108)	(2.208.786)
3.03	Resultado Bruto	1.249.962	1.185.697	1.070.634
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	(311.330)	(283.151)	(160.187)
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	938.632	902.546	910.447
3.06	Resultado Financeiro	(154.256)	(187.295)	(249.300)
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	784.376	715.251	661.147
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(262.760)	(254.001)	(243.602)
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	521.616	461.250	417.545
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas			
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	521.616	461.250	417.545
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,47	1,30	1,18
3.99.01.02	PNA	1,62	1,43	1,29
3.99.01.03	PNB	1,62	1,43	1,29
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,50	1,32	1,18
3.99.02.02	PN	1,65	1,46	1,29

ANEXO 8 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DA EMPRESA MRS LOGÍSTICA

MRS LOGÍSTICA S.A. - DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - (Reais Mil) - Método Indireto

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.135.704	1.040.192	965.878
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.641.345	1.585.891	1.567.199
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	784.376	715.251	661.147
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	604.586	566.858	559.765
6.01.01.03	Variação Monetária/Cambial e Encargos Financeiros Ativos e Passivos	186.969	226.783	298.674
6.01.01.05	Amortização Adiantamento Concessão e Arrendamento	9.261	9.262	9.261
6.01.01.07	Valor Residual do Imobilizado Baixado	18.075	33.653	22.715
6.01.01.08	Provisão para Perda de Ativo			
6.01.01.09	Provisão (Reversão)	41.876	58.334	71.113
6.01.01.10	Amortização Despesa Antecipada	3.737	14.453	10.292
6.01.01.11	Provisão para perda de ativos	(8.404)	1.762	(2.307)
6.01.01.12	Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.311	201	(49.085)
6.01.01.13	Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	(407)	(40.618)	(14.317)
6.01.01.20	Outros	(35)	(48)	(59)
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(505.641)	(545.699)	(601.321)
6.01.02.01	Contas a Receber	(59.961)	(94.547)	31.230
6.01.02.03	Estoques	(21.632)	6.179	8.394
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	(4.893)	28.106	3.409
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	(22.937)	(8.048)	(31.947)
6.01.02.06	Outras Ativos	(15.847)	(38.716)	(16.734)
6.01.02.08	Concessão e Arrendamento a Pagar	5.660	(8.307)	5.697
6.01.02.09	Fornecedores	(36.518)	20.848	(46.353)
6.01.02.11	Obrigações Fiscais	(16.695)	(24.887)	4.002
6.01.02.12	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.240	10.273	10.867
6.01.02.13	Pagamento de Tributos Sobre Lucro	(303.271)	(254.165)	(215.842)
6.01.02.14	Pagamento Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(137.124)	(182.353)	(227.825)
6.01.02.15	Demais Contas a Pagar	98.324	88	(27.518)
6.01.02.16	Provisões	402	(400)	(31)
6.01.02.17	Adiantamento de clientes	(1.389)	230	0
6.01.03	Outros			
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(699.087)	(595.286)	(547.841)
6.02.02	Adições de Imobilizado	(687.967)	(661.845)	(571.445)
6.02.03	Adições de Intangível	(11.531)	(17.103)	(5.933)
6.02.04	Recursos provenientes da alienação de bens do ativo imobilizado	411	83.662	29.537
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(582.750)	(318.219)	(749.563)
6.03.01	Captação Empréstimos e Financiamentos	307.063	275.876	29.938
6.03.02	Pagamento Empréstimos e Financiamentos	(561.353)	(408.845)	(609.264)
6.03.04	Debêntures	0	394.229	0
6.03.05	Dividendos Pagos	(219.041)	(198.290)	(70.247)
6.03.06	Pagamento de Debêntures	(109.419)	(381.189)	(99.990)
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes			
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(146.133)	126.687	(331.526)
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	422.786	296.099	627.625
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	276.653	422.786	296.099

ANEXO 9 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO DA FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA

FERROVIA CENTRO ATLANTICA S.A. - DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo - (Reais Mil)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
1	Ativo Total	5.634.004	5.310.577	5.076.805
1.01	Ativo Circulante	601.567	471.597	392.975
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.643	73.047	49.217
1.01.02	Aplicações Financeiras			
1.01.03	Contas a Receber	191.583	202.975	151.569
1.01.04	Estoques	146.054	77.653	63.222
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	182.321	49.712	38.202
1.01.07	Despesas Antecipadas	20.455	20.725	22.319
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.511	47.485	68.446
1.02	Ativo Não Circulante	5.032.437	4.838.980	4.683.830
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	875.193	906.211	927.761
1.02.02	Investimentos			
1.02.03	Imobilizado	929.388	675.952	598.725
1.02.04	Intangível	3.227.856	3.256.817	3.157.344

ANEXO 10 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO DA FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA

FERROVIA CENTRO ATLANTICA AS - DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo - (Reais Mil)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2	Passivo Total	5.634.004	5.310.577	5.076.805
2.01	Passivo Circulante	567.779	736.218	543.034
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	90.045	91.384	61.243
2.01.02	Fornecedores	352.218	526.479	295.924
2.01.03	Obrigações Fiscais	37.771	17.243	16.590
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	33.059
2.01.05	Outras Obrigações	87.745	101.112	136.218
2.01.06	Provisões			
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinua			
2.02	Passivo Não Circulante	464.572	185.485	152.272
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos			
2.02.02	Outras Obrigações	436.125	107.197	107.193
2.02.03	Tributos Diferidos	0	22.752	0
2.02.04	Provisões	28.447	55.536	45.079
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinua			
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			
2.03	Patrimônio Líquido	4.601.653	4.388.874	4.381.499
2.03.01	Capital Social Realizado	4.638.837	4.558.859	4.558.859
2.03.02	Reservas de Capital			
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(37.184)	(169.985)	(177.360)
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes			

ANEXO 11 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA

FERROVIA CENTRO ATLANTICA S.A. - DFs Individuais / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.413.961	2.124.532	1.667.362
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.210.215)	(2.024.332)	(1.708.954)
3.03	Resultado Bruto	203.746	100.200	(41.592)
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	(53.290)	(74.699)	(8.125)
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	150.456	25.501	(49.717)
3.06	Resultado Financeiro	50.365	(10.902)	16.167
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	200.821	14.599	(33.550)
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(68.020)	(7.224)	7.936
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	132.801	7.375	(25.614)
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas			
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	132.801	7.375	(25.614)
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,19	0,07	(0,12)
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,19	0,07	(0,12)

ANEXO 12 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA

FERROVIA CENTRO ATLANTICA S.A. - DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - (Reais Mil)
- Método Indireto

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	170.763	591.939	555.692
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	470.476	379.182	222.133
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	132.801	7.375	(25.614)
6.01.01.02	Depreciação e amortização	402.804	349.334	296.141
6.01.01.03	Provisão para perdas e processos judiciais	(30.927)	7.910	(22.926)
6.01.01.04	Constituição (reversão) operacionais			
6.01.01.05	Despesas com variação monetária/cambial, líquidas	(70.757)	(20.914)	(29.176)
6.01.01.06	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825	1.825
6.01.01.07	Ganho/Perda na alienação de ativo imobilizado	(4.112)	5.535	13.872
6.01.01.08	Tributos diferidos	28.356	5.613	(7.936)
6.01.01.09	Receitas diferidas	(1.727)	(1.567)	(1.567)
6.01.01.10	Despesas Financeiras - Leasing	0	5.645	3.754
6.01.01.11	Despesas com benefícios a empregados	(1.290)	1.607	601
6.01.01.12	Ajuste a valor presente	13.503	16.819	(6.841)
6.01.01.13	Resultado de Equivalência			
6.01.01.14	Baixa de ativos			
6.01.01.15	Provisão para baixa de ativos			
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(299.713)	212.757	333.559
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	16.334	(30.851)	132.225
6.01.02.02	Sinistros a recuperar	29.525	7.641	2.128
6.01.02.03	Estoques	(68.401)	(14.431)	(2.417)
6.01.02.04	Tributos a recuperar	(134.604)	4.877	40.207
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	(150)	1.594	7.621
6.01.02.06	Demais ativos	23.892	(2.679)	(4.724)
6.01.02.07	Depósitos judiciais	7.846	31.181	(20.238)
6.01.02.08	Fornecedores	95.019	(26.821)	73.950
6.01.02.09	Contas a pagar	(280.937)	236.512	97.848
6.01.02.10	Tributos a recolher	(4.606)	364	(5.067)
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	(1.339)	44.367	(31.640)
6.01.02.12	Arrendamento e concessões a pagar	4.121	(12.179)	4.934
6.01.02.13	Antecipações de clientes	(5.506)	(8.693)	55.640
6.01.02.14	Contas a receber da RFFSA (União)	0	(294)	877
6.01.02.15	Benefícios a empregados	(7.648)	(36)	157
6.01.02.16	Demais passivos	(10.060)	(14.234)	(15.262)
6.01.02.17	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(13.935)	(3.561)	(2.680)
6.01.02.18	Outros ativos financeiros	483	0	0
6.01.02.19	Tributos antecipados sobre o lucro	25.206	0	0
6.01.02.20	Tributos a recolher sobre o lucro	25.047	0	0
6.01.03	Outros			
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(623.167)	(529.404)	(623.044)
6.02.01	Compra de ativo imobilizado e intangível	(631.901)	(535.174)	(634.756)
6.02.03	Recebimento pela venda de imobilizado	8.734	5.770	11.712
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	410.000	(38.705)	76.366
6.03.01	Capitação de assistência financeira			
6.03.02	Pagamento de assistência financeira			
6.03.03	Pagamento de juros s/assistência financeira			
6.03.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	410.000	0	119.978
6.03.05	Pagamentos Leasing	0	(38.705)	(43.612)
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes			
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(42.404)	23.830	9.014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	73.047	49.217	40.203
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	30.643	73.047	49.217